

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BEATRIZ SILVA BOGARIM

**PANTANAL EM DESENCANTO: O PERMANECER DE MULHERES NO PASSO DA
LONTRA**

CAMPO GRANDE – MS

2025

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL FACULDADE
DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BEATRIZ SILVA BOGARIM

**PANTANAL EM DESENCANTO: O PERMANECER DE MULHERES NO PASSO DA
LONTRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social, da Faculdade de
Ciências Sociais, Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre
em Antropologia Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mara Aline Ribeiro

CAMPO GRANDE – MS

2025

*À Maya Maria.
Criança que adocica minha vida e escrita.*

AGRADECIMENTOS

Chego à última etapa da minha escrita, no entanto, esta etapa sempre esteve presente em meus sentimentos, lembranças e apoios que me trouxeram até aqui. Este processo foi marcado por descobertas, desde adentrar a fundo os métodos e técnicas do fazer etnográfico até repensar todo o trabalho com a minha gravidez. Eu me apaixonei pela antropologia e pela escrita, espero nos reencontrar inúmeras vezes.

Agradeço primeiro ao Nêgo Véio, Pai Joaquim de Aruanda, pelas bênçãos no meu “escrevinhador”. Pela fumaça do cachimbo do vovô, seus benzimentos e ensinamentos cuidaram de mim durante as idas a campo, ensinando a ter calma e persistir. Agradeço ao senhor, velho e de grande sabedoria, que me acompanha.

Agradeço ao meu amor e companheiro, Gabriel da Paz Rangel, um dos maiores apoiadores da pesquisa brasileira, pois me apoiou inúmeras vezes com pratos de comida, palavras de tranquilidade, piadas infames e o conforto de me deixar ser quem eu sou e quero ser. Te dedico minha felicidade e conquistas, porque é mais gostoso poder dividi-las com você. Para sempre o menino risonho que conheci na árvore atrás do multiuso na UFMS. O carioca mais sul-mato-grossense que conheço, te amo.

Agradeço a minha filha, Maya Maria Bogarim Rangel, que me trouxe forças mesmo com noites mal dormidas. É lindo te ver crescer e poder te amar.

Agradeço a minha orientadora, Mara Aline Ribeiro, que, em momentos de reuniões de orientações, parava a correção ou discussão para perguntar como eu estava. A universidade se torna mais palatável através de pessoas que nos enxergam e você, Mara, faz isso. Tenho o prazer e o privilégio de ser sua orientanda. Pelas inúmeras vezes que te vi em campo, te ouvi falar em eventos e como ministra suas aulas, todo o preparo para tal me faz acreditar ainda mais na interdisciplinaridade da antropologia quando ela encontra a geografia e você.

Agradeço às mulheres do Passo da Lontra pela receptividade e colaboração. Em especial, teço meus agradecimentos a Marizete e Sossô, mulheres em que pude conversar com mais calma.

Agradeço à minha banca de defesa: à Prof.^a Dr.^a Vivian Veiga Silva, que tive o prazer de conhecer durante evento acadêmico, e com quem pude trocar olhares femininos e pesquisas de quem vivencia o ser mulher no Mato Grosso do Sul. Ao Prof. Dr. Álvaro Banducci Jr, pelos ensinamentos durante a graduação e agora no mestrado, onde pude ter a oportunidade de ir a campo diversas vezes e observar sua postura enquanto antropólogo e seu caderninho de campo.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Larissa Morandi e Jhemerson Silva, pelos inúmeros almoços, cafés das cantinas da UFMS, viagens, fofocas e anseios em finalizar as disciplinas e, então, a escrita da dissertação. É sempre um prazer nossas conversas e trocas.

Agradeço também aos colegas de mestrado, David de França Brito e Ana Claudia Goes, pelo tempo que atuaram como representantes discentes e sanaram muitas dúvidas durante meu percurso.

Agradeço à minha amiga de longa data e irmã de santo, Victoria Claudia Ribeiro, por ser uma das minhas pessoas preferidas nesta vida. Adoro nos ver crescer e alcançar locais. Adoro sermos parecidas, mas diferentes.

Agradeço às primeiras professoras (Claudia Virginia e Ariana Leopoldino) e assistentes da educação infantil (Adriana Mendes, Jéssica Gonçalves, Natália Sandim e Marilene Brites) da Maya Maria, e ao ensino público, que me possibilitou voltar ao mercado de trabalho, escrever a dissertação e me lembrar de quem sou.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa. Tenho muito orgulho de ter sido bolsista.

E, por fim, me recordo de meu pai, José Edson Bogarim. Na colação de grau do meu irmão mais velho, ele estava emocionado, chorou e então disse ao Alex (meu irmão) que aquele momento o lembrava da música *Chora Carolina*, que fala de um choro bom de chorar. Me recordo assim do senhor, sem saber exatamente se expressar, mas sei que sente muito por mim, mesmo que não consiga mais se lembrar de algumas coisas. Te agradeço, pai. Assim como agradeço a você, mãe. Te vejo muito em mim, no meu materno e quando preciso ser forte, pois aprendi com dona Ester de Oliveira Silva. Te agradeço, mãe.

Chora, chora, chora Carolina.
Que esse choro é bom de chorar.
Canta, canta, canta Carolina.
Quando tem vontade de cantar
(Emílio e Eduardo – Chora Carolina)

RESUMO

Esta dissertação investiga a trajetória e a permanência de mulheres no Passo da Lontra, localizado no Pantanal Sul-mato-grossense, explicitando as particularidades de suas vidas em um contexto marcado pelo turismo, vulnerabilidades, encantos e desencantos. A pesquisa apresenta alguns aspectos das especificidades do local, identificando as condições do viver a partir de Sossô e Marizete. A permanência revela uma relação de deslocamento e chegada das mulheres ao Passo da Lontra entrelaçando dinâmicas econômicas, sociais e sobretudo de sobrevivência. O encanto dos primeiros contatos com a região e o desencanto quando as condições de vida e reivindicações beiram a escassez da infraestrutura básica, como acesso à saúde, educação e saneamento. A metodologia contou, principalmente, com levantamento bibliográfico e trabalho de campo, os quais tiveram a análise referenciada na teoria antropológica. O estudo propõe dar voz a essas mulheres, muitas vezes categorizadas genericamente como “pantaneiras” ou “ribeirinhas”, cujas vivências singulares revelam uma potente capacidade de organização do território. A pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, que apresentam, respectivamente: a localização do Pantanal, seu cenário e a metodologia utilizada; as trajetórias de vida, trabalho e desafios; a realidade marcada por dificuldades sociais e de infraestrutura; as estratégias de resistência, o lazer e as práticas de autocuidado. Ao identificar e dar luz a essas problemáticas, o trabalho busca desmistificar a ideia de uma “mulher pantaneira” homogênea e ressaltando a pluralidade de suas experiências e sua contribuição fundamental para a vida no Passo da Lontra.

Palavras-chave: Permanência. Pantanal. Turismo. Mulher. Passo da Lontra.

ABSTRACT

This dissertation investigates the trajectory and permanence of women in Passo da Lontra, located in the Pantanal region of Mato Grosso do Sul, highlighting the particularities of their lives in a context marked by tourism, vulnerabilities, charms, and disillusionments. The research presents some aspects of the specificities of the place, identifying the living conditions from the perspective of Sossô and Marizete. Their permanence reveals a relationship of displacement and arrival at Passo da Lontra, intertwining economic, social, and above all, survival dynamics. It explores the enchantment of their first encounters with the region and the disillusionment when living conditions and demands border on the scarcity of basic infrastructure, such as access to health, education, and sanitation. The methodology relied mainly on bibliographic research and fieldwork, the analysis of which was referenced in anthropological theory. The study aims to give voice to these women, often generically categorized as "Pantanal women" or "riverine women," whose unique experiences reveal a powerful capacity for organizing their territory. The research is structured in four chapters, which present, respectively: the location of the Pantanal, its landscape and the methodology used; life trajectories, work and challenges; the reality marked by social and infrastructural difficulties; resistance strategies, leisure and self-care practices. By identifying and highlighting these issues, the work seeks to demystify the idea of a homogeneous "Pantanal woman," emphasizing the plurality of her experiences and her fundamental contribution to life in Passo da Lontra.

Keywords: Permanence. Pantanal. Tourism. Women. Passo da Lontra.

RESUMEN

Esta tesis investiga la trayectoria y permanencia de las mujeres en Passo da Lontra, ubicado en la región del Pantanal de Mato Grosso do Sul, destacando las particularidades de sus vidas en un contexto marcado por el turismo, las vulnerabilidades, los encantos y las desilusiones. La investigación presenta algunos aspectos de las especificidades del lugar, identificando las condiciones de vida desde la perspectiva de Sossô y Marizete. Su permanencia revela una relación de desplazamiento y llegada a Passo da Lontra, entrelazando dinámicas económicas, sociales y, sobre todo, de supervivencia. Explora el encanto de sus primeros encuentros con la región y la desilusión cuando las condiciones de vida y las demandas rayan en la escasez de infraestructura básica, como el acceso a la salud, la educación y el saneamiento. La metodología se basó principalmente en la investigación bibliográfica y el trabajo de campo, cuyo análisis se referencia en la teoría antropológica. El estudio busca dar voz a estas mujeres, a menudo categorizadas genéricamente como "mujeres pantaneras" o "mujeres ribereñas", cuyas experiencias singulares revelan una poderosa capacidad para organizar su territorio. La investigación se estructura en cuatro capítulos que presentan, respectivamente: la ubicación del Pantanal, su paisaje y la metodología empleada; trayectorias de vida, trabajo y desafíos; la realidad marcada por dificultades sociales e infraestructurales; estrategias de resistencia, ocio y prácticas de autocuidado. Al identificar y destacar estas cuestiones, el trabajo busca desmitificar la idea de una "mujer pantanera" homogénea, enfatizando la pluralidad de sus experiencias y su contribución fundamental a la vida en Passo da Lontra.

Palabras clave: Permanencia. Pantanal. Turismo. Mujer. Passo da Lontra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – criança desenhando à margem do rio Miranda	14
Figura 2 – mapa do Pantanal transfronteiriço	22
Figura 3 – entrada do Passo da Lontra.....	29
Figura 4 – ponte de madeira e ponte Alfredo Zamlutti.....	31
Figura 5 – passarela reformada e ponte Alfredo Zamlutti	31
Figura 6 – localização geográfica da Estrada Parque do Pantanal	33
Figura 7 – Maya Maria durante viagem de campo	37
Figura 8 – produção de imagens em campo	40
Figura 9 – ruínas da usina açucareira Santo Antônio em Miranda (MS).....	41
Figura 10 – estação ferroviária de Miranda	42
Figura 11 – a caminho do Passo da Lontra	42
Figura 12 – o tererê.....	43
Figura 13 – cartaz do hotel Lontra Pantanal próximo ao Passo da Lontra	43
Figura 14 – uma das entradas do Passo da Lontra.....	44
Figura 15 – casa com grafite desenhado	45
Figura 16 – turistas pescando no rio Miranda	45
Figura 17 – passarela sob rio Miranda, com latinhas jogadas	46
Figura 18 – chalanas no rio Miranda	46
Figura 19 – conversa na mercearia Iguana.....	47
Figura 20 – mãos no crochê	48
Figura 21 – viveiro de orquídeas	48
Figura 22 – dança ao som da música "Merceditas"	49
Figura 23 – cervejas, copo e chapéu na mesa.....	49
Figura 24 – Wilson Viana encontra a Prof. ^a Mara Aline Ribeiro e o Prof. Álvaro Banducci Júnior, ambos docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	53
Figura 25 – Sossô em frente à sua casa.....	58
Figura 26 – Marizete em frente à sua casa	60
Figura 27 – placas de identificações de hotéis e da BEP.....	68
Figura 28 – Maria Clara e sua filha	74
Figura 29 – marmitaria Casa Verde.....	78
Figura 30 – uma das visões da entrada do Passo da Lontra	89

Figura 31 – dinâmica cotidiana	90
Figura 32 – Marizete fazendo crochê.....	92
Figura 33 – Maria Flor e suas flores	93

LISTA DE ABREVIATURAS

AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos.

BEP – Base de Estudo do Pantanal.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

LASA UFRJ – Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEI – Microempreendedor Individual.

PMA – Polícia Militar Ambiental.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.ONDE A TERRA ENCONTRA A ÁGUA.....	21
1.1 Passo da Lontra: localização e cenário.....	28
1.2 Fascínios e desafios no fazer etnográfico	34
1.3 Ensaio visual introdutório.....	40
1.3.1 Os trajetos	40
1.3.2 O Passo da Lontra	43
1.3.3 O permanecer	46
2.CAMINHOS ATÉ O LONTRA: TECENDO TRAJETÓRIA E SENTIMENTO	50
2.1 Sossô, sorridente e líder.....	53
2.2 Marizete, Mil e Umas	59
3.“AQUI É TERRA DE NINGUÉM” RELOCALIZANDO O PASSO DA LONTRA E O VIVER Á BEIRA DO RIO MIRANDA.....	68
3.1 O desencantar-se com o Pantanal	68
3.2 Os deslocamentos que elas fazem e refazem.....	73
3.3 Um rural para lá de urbano	75
4.PERMANECER ENTRE O TRABALHO E O CUIDAR DE SI.....	79
4.2 Trabalho e sazonalidade no turismo.....	83
4.3 O cotidiano na ribeira do Rio Miranda.....	86
4.4 Movimentos para permanecer.....	90
NOTAS FINAIS DE UM PERMANECER EM CONTINUIDADE.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Conheci a comunidade do Passo da Lontra ainda na graduação de ciências sociais, no ano de 2018, entusiasmada com a primeira viagem a campo detive o meu olhar para as condições da atividade turística e as medidas em relação ao descarte de lixo envolvendo a comunidade e os hotéis da região. Este primeiro olhar se deu através da disciplina de Ciências Sociais e Turismo, onde cada grupo pesquisou sobre um assunto envolvendo o turismo e suas condições. A imagem da criança desenhando na beira do Rio Miranda (figura 01) ocorreu quando eu e minha colega de turma, estávamos tentando conversar com os moradores sobre o cuidado que eles têm com o meio ambiente.

Figura 1 – criança desenhando à margem do rio Miranda



Fonte: Bogarim, B (2018).

A criança brincava, saltando dentre os barcos e entulhos deixados na beira do rio, até o momento em que dei meu caderno de campo para ela desenhando o ambiente em que vivia e assim ela desenhando dois bonecos de palitinhos e uma ondulação representando as águas do rio. Ainda nostálgica ao lembrar da primeira ida ao Passo da Lontra, revisito imagens e textos, e é inegável que o processo de aproximação, modos de conversa e escrita ganharam novos contornos.

Posso dizer que meu processo de amadurecimento acadêmico se deu junto ao Passo da Lontra, mas isso não nos tornou próximos e sim, conhecidos. Em 2018, procurei entender através

de uma etnografia as margens do rio Miranda, como a atividade turística impactava o meio ambiente. Agora, tenho como objetivo geral conhecer a trajetória e o permanecer das mulheres no Passo da Lontra, principalmente através de duas moradoras locais, Sossô e Marizete. Para desvendar, os questionamentos, a dissertação têm como objetivos específicos, (1) conhecer alguns aspectos das especificidades do Passo da Lontra; (2) identificar as condições do viver local dessas mulheres e (3) descrever a permanência das interlocutoras, entre encantos e desencantos deste viver.

Olhar para a trajetória e o permanecer das mulheres no Passo da Lontra, surge através da necessidade e caminhos trilhados no campo de pesquisa. Onde o ato dessas mulheres permanecerem no Lontra se tornam emergentes nos diálogos e cotidiano delas.

O “permanecer” é muito mais do que ficar no mesmo lugar, ele envolve resistência, identidade, redes de sociabilidade, relações com o território, podendo interligar o social, corporal e o emocional (Mathias, 2023), no caso do Pantanal, uma relação profundamente moldada pelos ciclos de cheias e vazantes¹ e pelas dinâmicas econômicas e sociais (Ribeiro, 2015). Ao narrar a trajetória dessas mulheres, procuro dar corpo e voz a uma vivência que, muitas vezes, não entra nos relatos oficiais ou nos discursos turísticos sobre o Pantanal.

O cenário pantaneiro pode ser pensado a partir da dualidade entre a hostilidade e a beleza. A ocupação até então em áreas desconhecidas, locais com difíceis acessos e pouco manejo com os animais reverbera a hostilidade do não conhecido e da natureza com o ser humano. A beleza do Pantanal está nos animais, nas pessoas e nas águas. Nesta dualidade de cenários, o permanecer das mulheres no Passo da Lontra ao longo destes escritos recai em causas de encantos e desencantos. Encanto ao olhar para o local como esperanã de um novo começo e desencanto pela ausência da presença do Estado, recaindo na falta de assistência de políticas públicas.

O desencantamento nesta pesquisa é entendido como uma desilusão e desapontamento. O desencantamento está passível de mudança, sendo um estado em que as pessoas se sentem desamparadas. Desta forma, estar em desencantamento não é um estado eterno, ele pode ter diferentes durabilidades, tais quais as interlocutoras vão dizendo ao falar de seu pertencimento no Passo da Lontra, suas vontades, anseios e histórias de vida.

As mulheres pantaneiras estão envolvidas diariamente na construção, reconstrução e resignificação da região, elas vivenciam e conhecem a dinâmica local. A pesquisa instiga reconhecer essas mulheres enquanto moradoras, trabalhadoras e quem, por vezes, precisa “virar

¹ A vazante é o período de transição entre a estação chuvosa e a seca, é quando o nível das águas começa a abaixar após as cheias, escoando lentamente de volta para os leitos dos rios e para o Rio Paraguai.

onça” para sobreviver, por esse motivo o estudo tem referência na antropologia, na geografia e nas especificidades do Pantanal, a partir de autoras/es como Oliveira, 1996; Zaluar, 1986; Strathern, 2012; Ribeiro, 2015; Banducci Jr, 2007; Bezerra, 2018; dentre outros.

As mulheres pantaneiras são aqui visibilizadas e têm sua importância localizada espacial e teoricamente, nas menções da literatura a partir das ideias de Ribeiro, 2021; Fernandes et al., 2021; Gomes, 1997; Thomé, 2018 e Lucca, 2019. Dessa forma, é possível construir e produzir um campo com observações, questões e tensões do que é visto, ouvido e escrito.

A partir do processo etnográfico entre fascínios e desafios da metodologia antropológica, encontra-se o objeto da pesquisa – Pantanal e mulher, o olhar da pesquisadora e antropóloga entusiasmado, e por vezes, de dor e cansaço ao pensar sobre a trajetória de trabalho, enquanto mulher pesquisando, olhando e dialogando com outras mulheres, teço assim orientações e questões sobre o permanecer delas na região. Sou filha de Dona Ester que sempre trabalhou em casa e ousou dizer que cuidou da filha e dos filhos como ninguém. Agora, na velhice, quando foi preciso voltar ao mundo do trabalho remunerado e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, encontrou no afazer de camareira o seu sustento, autonomia, liberdade e cansaço, mas esse último ela já conhece bem. Falar sobre trabalho dentro dos ditames e possibilidades antropológicas, cumpre aspectos importantes da vida humana como provedor de sobrevivência, por sistematizar significados, moralidades e princípios que organizam a sociedade. E assim, quando detenho a delimitação espacial da pesquisa ao Passo da Lontra, comunidade localizada no Pantanal Sul-Mato-Grossense, também estou pensando em Dona Ester.

Entender o cuidado e a utilização do meio ambiente está presente quando pergunto para as mulheres da região como elas chegaram ali. O cuidar revela a importância das atividades necessárias de manutenção da vida social, como por exemplo o cuidado com os outros, o cuidado de si e com o meio ambiente (Tronto, 2009). Majoritariamente, esse cuidado é feito por mulheres negras, pobres e/ou migrantes, segundo Pierobon e Fernandes (2023), são essas mulheres que lidam com as precariedades da vida cotidiana, em seus estudos mostram a falta de abastecimento de água e o desdobrar das cuidadoras para reivindicar na esfera pública o acesso a água como um direito coletivo enquanto lidam constantemente com os trabalhos da vida doméstica.

As autoras dialogam com o cuidado discutindo a importância da água no curso da vida, das dinâmicas de cuidado, das relações de vizinhança e de poder. No Passo da Lontra, procuro entender a história de vida das mulheres, em suas particularidades, como parte do processo de construção do permanecer delas, que perpassam pelo turismo, pelo trabalho formal e informal,

além de movimentos do viver nesta região do Pantanal Sul. Essa condição desperta algumas indagações, como, por exemplo, (1) De que modo as trajetórias das mulheres revelam aspectos do viver no Pantanal Sul? (2) Como a permanência convive com narrativas de encantos e desencantos?

Dessa forma, a própria pesquisa e o anseio por entender a trajetória de mulheres com o trabalho me conduziram ao Pantanal. A região pantaneira compõe a pesquisa por meio dos processos acadêmicos, de grupos de estudos, de imersões à campo, de aproximação com as interlocutoras, enfim, de experienciar o ambiente, as pessoas e as trocas, causando cada vez mais indagações e possibilidades para a pesquisa. Sendo assim, parte também das minhas experiências enquanto criança, revisito as memórias de quem dançou a música Trem do Pantanal² nas apresentações do ballet da escola, dos churrascos com mandioca em família, à sombra das árvores próximas ao rio e da alergia às picadas de mosquitos. Das viagens de carro passando por Aquidauana, conhecida como Portal do Pantanal, até um bate e volta a cidade de Corumbá ajudando minha tia nas compras de roupas e cobertores em Puerto Suarez, na fronteira da Bolívia com o Brasil.

As especificidades ambientais e sociais da maior planície de inundação do mundo, identificam a imensidão pantaneira que pode ser contada por bolivianos, paraguaios, indígenas, quilombolas, homens, mulheres, crianças e pela lembrança de quem já se foi. E aqui, escrita por uma pesquisadora bolsista CAPES, que acredita na pesquisa como provedora e acolhimento das pessoas, escrevo com e para minhas interlocutoras, escrevo para Dona Ester e para minha filha, Maya Maria, que é uma dentre tantas outras Marias que identifico ao longo do texto, e em especial para Sossô e Marizete, moradoras do Passo da Lontra em que tive maior proximidade.

As Marias que identifico ao longo do texto, são as mulheres que tiveram breves conversas e trocas, mas que resultaram em muita informação. Escolho Maria para identificá-las e um segundo nome, como exemplo a Maria Alice, mãe de quatro filhos que desempenha seu trabalho do cuidado sem auxílio do Estado e por vezes, do homem- pai. A Maria Luísa que morava em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, trabalhava como empregada doméstica e no Lontra tornou-se comerciante. São Marias que “organizam e reorganizam o território pantaneiro, com sabedoria, discrição, obstinação, entusiasmo, força e, muitas vezes submissão” (Ribeiro; Vargas, 2021, p. 34).

O processo de amadurecer junto ao campo, contou com um dos principais fatores que o levou a novos caminhos. Me tornar mãe trouxe à tona visões sobre ser mulher-mãe, atividade em

² Música escrita por Geraldo Roca e Paulo Simões. Conhecida na voz do cantor Almir Sater.

que me torno enquanto antropóloga, despertando ações que envolvem o maternar e a procura pela produtividade de pesquisadora, influenciando diretamente na carreira. De acordo com os estudos de Alana Verani (2022), o “bem maternar” nos significados sociais da maternidade viabiliza esquemas de gênero na cultura científica antropológica. As experiências do “tornar-se mãe” desencadeiam um marcador social da diferença significativa, e esse ato de se tornar acompanha o sentimento de responsabilidade, identificado pelas suas interlocutoras como o peso da maternidade. Dessa forma, descobrir uma gravidez em meio ao trabalho de campo exigiu repensar as táticas e dinâmicas de ir até o Pantanal, mas não apenas modificou o deslocamento, colocou em peso e evidencia a própria maternidade e a cultura do cuidado que recai sobretudo na mulher-mãe.

Nesse contexto, a gravidez acompanha além da responsabilidade atribuída à formação fetal, a cobrança social em torno do modelo materno que resulte em uma gestação saudável para a criança. Tendo assim, a ligação da maternidade associada por algumas mulheres ao ato de sacrifício e às mudanças de comportamento. Essas mudanças afetam todos os aspectos, desde aparência, funções do corpo e a realização de suas atividades diárias. A associação das mulheres ao ato de serem mães como algo natural nos alerta a pensar no trabalho doméstico feminino não remunerado e que são mistificados como vocação.

Em especial, o trabalho doméstico e o maternar estão ligados ao cuidado, são assim inseridos em um sistema de hierarquização de atividades que se relaciona com as convenções atribuídas às mulheres. Tendo como uma das motivações para essa escrita, dar embasamento e servir como instrumento de conscientização para essas mulheres na região do Passo da Lontra, justamente por procurar identificar e dar luz a problemas e demandas sociais. Portanto, identificar as moradoras é um trabalho feito de forma plural, pois são mulheres que apresentam singularidades assim como as regiões pantaneiras.

Acreditando no dinamismo que as mulheres desempenham nos seus modos de vida e permanência, esta pesquisa identifica as diferentes trajetórias femininas presentes na região, buscou-se compreender a dinâmica em que elas são colocadas e realocadas dentro do espaço pantaneiro. Pensar o comportamento da mulher pantaneira como reservado, referenciado na timidez e na discrição, a coloca em um lugar de coadjuvante da engrenagem social local, transferindo o protagonismo ou o pseudo protagonismo ao homem, seja ele peão ou patrão. Porém, se faz necessário reconhecer que um percentual representativo de famílias em comunidades pantaneiras, tem na mão de obra feminina a única fonte provedora da família.

Assim, ao seguir o rastro de suas trajetórias, é possível perceber como o protagonismo feminino, ainda que muitas vezes oculto pela moldura de uma sociedade

pantaneira tradicional, se revela nas práticas laborais, nas escolhas de vida e nas relações de poder que estruturam o espaço do Pantanal, desde a infância até ao exercício do trabalho e do cuidado. Para adentrar estas percepções a dissertação está estruturada em quatro capítulos, divididos entre a localização, trajetória, a infraestrutura e o permanecer.

O primeiro intitulado “Onde a terra encontra a água” traz a localização do Pantanal e do Passo da Lontra, apresentando o cenário e os caminhos no fazer etnográfico. O segundo capítulo, “Caminhos até o Lontra: tecendo a trajetória e sentimento”, conta as estradas que as mulheres percorreram até a chegada ao Pantanal, em especial, no Passo da Lontra. Este caminhar traz à tona suas infâncias, criações e relações que foram tecidas e as levaram a idealizar oportunidades que o mundo do trabalho e do viver no Pantanal oferecem. O trabalho que elas desenvolveram ao longo de suas vidas recaem nas marcas do trabalho doméstico e do cuidado, esferas que serão identificadas e questionadas entre a dualidade da remuneração e não remuneração, do reconhecimento e não reconhecimento, abdições e escolhas.

O título do terceiro capítulo “Aqui é terra de ninguém: relocando o Passo da Lontra e o viver na beira do Rio Miranda”, foi retirado da expressão usada por uma das interlocutoras e exterioriza as dificuldades, sobre as necessidades que as mulheres reivindicam, como a falta de assistência médica, educação, alimentação e moradia em meio a resistência pela sobrevivência. Entre encantos e desencantos, morar as margens do Rio Miranda abre discussões que permeia o permanecer no local, onde os recursos e benefícios do Estado demoram a chegar. Assim, as mulheres falam sobre suas tentativas em prol de vida digna e o desânimo de quem tenta o diálogo em busca de melhorias.

Dentro das especificidades pantaneiras que perpassam por meandros entre o rural e urbano, fica evidente que o uso do termo isolamento não se aplica à condição das moradoras, mas beira o descaso e desencanto. A ideia do Pantanal enquanto local isolado acontece pela dificuldade de acesso propiciando a ideia de que as gentes pantaneiras vivem em isolamento ou restrita ao grupo de moradores das fazendas, porém desde os primórdios da ocupação territorial pantaneira por não-indígenas, isso não ocorre, conforme relatos de comemorações de festejos religiosos, esportivos e comemorativos de aniversários, casamentos e batizados que reúnem as pessoas (Ribeiro, 2015; Nogueira, 2009). A modernização da pecuária e do turismo, o avanço nos meios de comunicação coloca o Pantanal, suas gentes e seus produtos na engrenagem mundo.

A quarta e última seção, “Permanecer entre o trabalho e o cuidar de si” coloca em diálogo o trabalho que as mulheres precisam fazer para permanecer, como longos deslocamentos para ter o mínimo de assistência, compras de mantimentos e idas ao médico. Onde o trabalho é diário

e os dias da semana passam a ter o mesmo ritmo que os finais de semana. Os cuidados pessoais correspondem às condições de vida delas, onde identificam apenas uma das moradoras como cabeleireira e afirmam a necessidade de ter esse momento de acalanto. A luta para permanecer é vista com dificuldades, por vezes deixando-as em uma situação de ausência ou de maiores esforços para conseguir tais assistências para saúde, educação e alimentação. O trabalho doméstico e o cuidado são desenvolvidos em meio a essas faltas que elas vivenciam no Passo da Lontra.

As classificações de ofício no Passo da Lontra, estão presentes nos contratos formais, em menor escala e, destacadamente, nos informais, que primam pela inexistência das leis trabalhistas e o mais comum, o trabalho com recebimento por diárias, logo, a renda mensal das famílias nessa condição não é fixa, sofre variações conforme a demanda turística. São caminhos que fazem refletir dentro da lógica que a perspectiva do trabalho feminino é construída.

Sendo assim, o trabalho doméstico e o cuidado emergem mesmo diante da ausência de estrutura, revelando ações e desdobramentos que as mulheres promovem diariamente no Passo da Lontra. Ao entrelaçar a vida doméstica ao cenário do Pantanal Sul-mato-grossense, este estudo celebra a força, a resistência e a capacidade de construir significado em meio às adversidades.

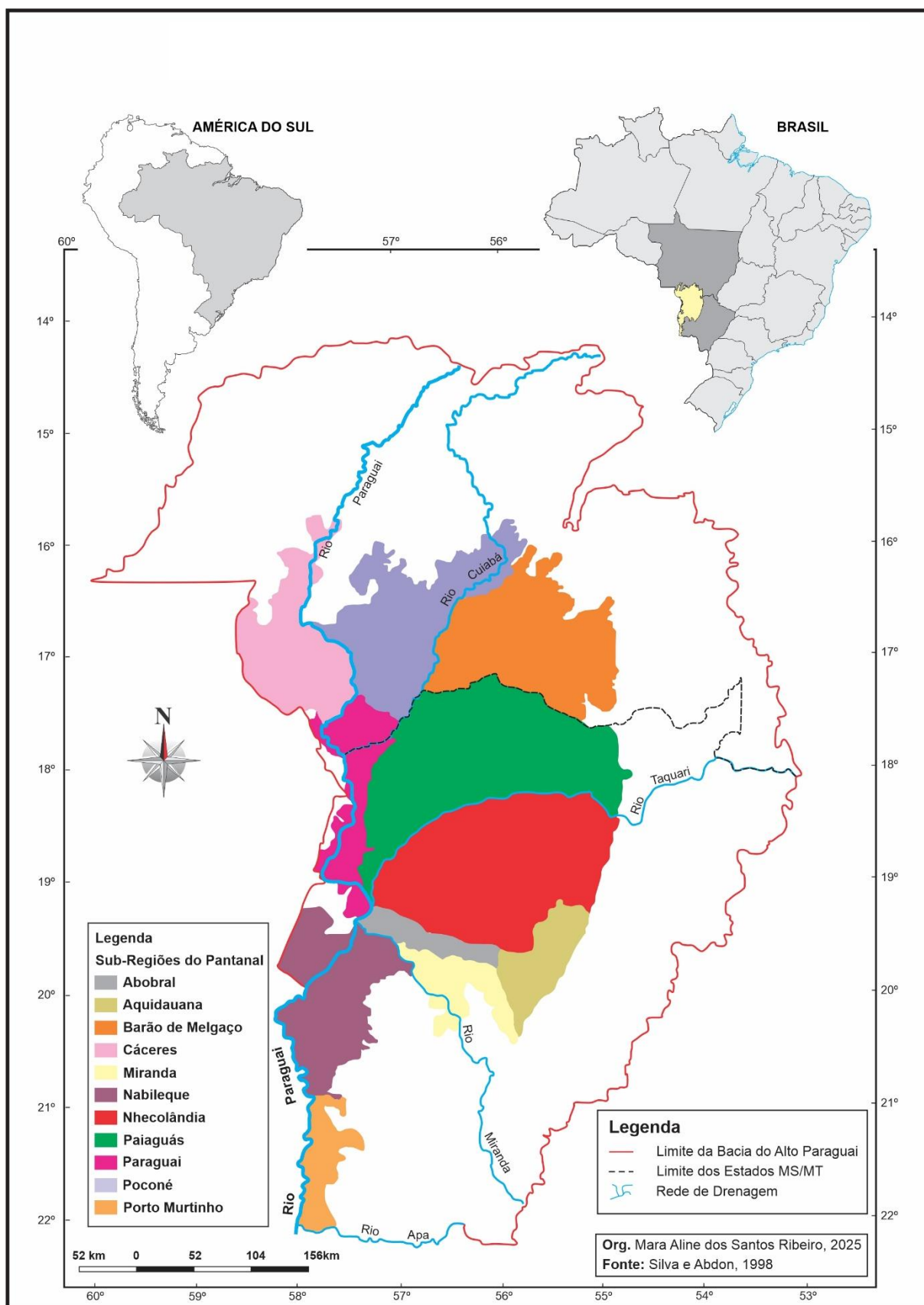
CAPÍTULO I

1 ONDE A TERRA ENCONTRA A ÁGUA

O ecossistema pantaneiro deve ser tratado dentro das suas complexidades envolvendo as questões da biodiversidade e das gentes que habitam e constroem suas histórias na região. O desenrolar da formação histórica e a atual condição econômica e social da população local desencadeia uma série de inquietações acadêmicas. Para falar nos pantaneiros/as localizou-se as “gentes pantaneiras”, referência às crianças, homens e mulheres que por vezes viram onças quando preciso, estão envolvidos diariamente na construção, reconstrução e ressignificação da região, é quem de fato sente os períodos de seca, da cheia e das queimadas (Ribeiro, 2014). São moradores e produtores, as gentes pantaneiras em sua diversidade cultural e por diferentes classes sociais formam esse viver. O Pantanal é reconhecido como a maior planície inundável do mundo, a distribuição hidrográfica ocorre de forma diferenciada devido às posições de declividade em relação aos canais fluviais, (MMA, 2017). Assim, a região se transforma entre os períodos de chuvas e secas, refletindo na engrenagem econômica e social local, além da fauna e da flora.

O Pantanal está localizado na América do Sul, sendo a maior parte localizada no Brasil com seus 151.134 km² (IBGE, 2020) passando pela região Centro-oeste nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na Bolívia abrange uma área de 53.320 km² (SERNAP, 2017; El Diario Economía, 2015) nas províncias Ángel Sandóval e Germán Busch, e no Paraguai conta com uma área total de 8.520,1 km², na Ecorregion del Pantanal do Departamento de Alto Paraguay e uma parte pertence a Reserva Privada da ONG Guyra Paraguay (Moretti; Gonçalves, 2020), mapeando uma região com diversidades a partir de características transfronteiriças. Como mostra a Figura 02, é possível identificar a área do Pantanal.

Figura 2 – mapa de localização do Pantanal



Fonte: REZENDE-FILHO, A. T. (2025).

O Pantanal configura demandas através do conjunto de relações culturais, econômicas, políticas e sociais. Para compreender sua área é necessário retomar a realidade histórica e social dos processos já ocorridos, onde o desenvolvimento parte de resultados de processos naturais e históricos distintos.

A diversidade dos pantanais resulta nos diferentes modos geográficos, geomorfológicos, biológicos e nas características culturais singulares. O Pantanal como é conhecido atualmente já foi chamado de Mar, Lago ou Lagoa de Xaraés pelos primeiros exploradores que não tinham a intenção de se fixar no local. No século XVI, estudos relatam que o Pantanal já era densamente povoado por indígenas, a maioria de língua guarani, habitavam terras do Paraguai, dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, viviam às margens do rio Paraná até o rio Miranda e do rio Paraguai ao rio Apa (Oliveira, 2003). A região passou por diferentes confluências de populações indígenas de outras localidades que fugiam da perseguição dos colonizadores (Finocchino, 1998). A porção sul do Pantanal era constituída por diversas tribos indígenas³, destacadamente, Terenas, Kadiwéu, Kinikinau e Guató.

Para Barros (1998), a ocupação pantaneira aconteceu de forma passiva. Abílio de Barros, pecuarista, advogado e escritor tem sua história de vida marcada na Nhecolândia e é reconhecido como “guardião do Pantanal” desde que o estado ainda era apenas Mato Grosso uno (Jesus; Cruz; 2024). Mas a ideia de uma ocupação passiva se torna conflitante, segundo os escritos de Banducci Jr (2007) não existiam relações harmônicas e amistosas, foi um processo de ocupação territorial de conflitos contra as populações indígenas, e grandes disputas armadas de posse das terras, especialmente no início, quando colonizadores tomaram as sesmarias.

Nos escritos em forma de crônicas, Barros (1998) narra sobre a gente pantaneira analisando os usos e costumes de seus habitantes, retratando o homem e a mulher do Pantanal, sua cultura, seus afazeres e origens. Por meio da crônica, ele tinha como ideia mostrar o Pantanal para quem não o conhece em sua grandeza e dualidade. Sendo assim, é possível tecer um olhar crítico aos escritos de Barros (1998), o então “guardião do Pantanal” era o defensor para quem bem o interessava.

Indo para além das ideias presentes nas crônicas, os historiadores Milleide de Jesus e Marcus da Cruz (2024) analisaram os escritos de Abílio de Barros através da historicização da obra literária permitindo assim problematizar a legitimidade da posse e uso de terras pantaneiras descritas por Abílio, que antes de ser advogado, é proprietário de fazendas, onde seus ideais e

³ Os Guató, nas lagoas, rios e ilhas próximas à atual cidade de Cuiabá; dos Boróro, ao norte e nordeste do Pantanal, e a dos Guaicurús, no sul do Pantanal; e a dos Paiaguás, no trecho médio do rio Paraguai (Neves, 1980).

interesses perpassam o da pecuária, generalizando e repercutindo ideias de tratamento pejorativos.

As crônicas de Abílio, nos conduzem para múltiplas vertentes de compreensão, sendo comum, os discursos que buscam consensuar a noção de quem tem ligações, num processo histórico/cultural com a Nhecolândia, e de quebra, demonstrar, enquanto contraposição ao modo indígena do conflito e da guerra, o modo pacífico e ordeiro, dessa localidade que o poeta Manoel de Barros, denominou no prefácio da obra, de paz de terra, uma terra de paz. É, a bem da verdade, esse viés que o escritor de Gente Pantaneira (1998), vai adotar como mote para difundir a sua mentalidade capitalista (Jesus; Cruz; 2024, p. 14).

Nos escritos de Abílio, é possível identificar sua forma de representação da história pantaneira, através da tradição de bandeirantes que chegaram na região em busca dos interesses econômicos. Como problematizado pelos historiadores, o livro Gente Pantaneira (1998) tende a promover uma exclusão social nomeando os trabalhadores das fazendas de “os nossos abugrados” e “nossos bugres vaqueiros”. Estas nomeações são vocabulários que remontam à época, mas ainda persistem, remontando um local de hierarquização dos donos de terras para os indígenas da região, elencando a condição de subjugado e uma relação harmoniosa idílica.

Falar na ocupação do Pantanal apagando e romantizando a história dos povos indígenas, dos trabalhadores e trabalhadoras da região dificulta a compreensão de questões na atualidade além de perder grande parte das motivações e formação pantaneira. A ocupação da região, marcada também por contradições entre os seus desbravadores e indígenas, por vezes não culminam em relações harmoniosas e amistosas, e sim em um desmonte genocida de povos indígenas.

Álvaro Banducci Jr. (2002) descreve a ocupação do Pantanal nos séculos XVII e XVIII, permeada de conflitos violentos entre indígenas e não-indígenas. O Brasil estava em descompasso e desconhecimento do bioma pantaneiro, tendo como preocupação dos séculos passados desbravar terras, capturar indígenas e encontrar ouro. Com o avanço das terras pantaneiras, a região começou a receber interesses por conta da mineração, engenhos de açúcar e extração de madeira, mas a pecuária foi determinante para o fortalecimento da sua ocupação nos moldes dos dias atuais.

A fase áurea da pecuária no Pantanal, expulsou a população indígena para pequenas extensões de terras (Nogueira, 2009). A paisagem pantaneira foi se domesticando por interesses econômicos advindos do manejo da pecuária.

No Pantanal, com a introdução, principalmente do gado, elemento estranho à paisagem selvagem, esta foi se domesticando. Concomitantemente a esse fato, instaurava-se um processo cultural irreversível, fundamentado na adaptação dos desbravadores às planícies propícias às inundações e na inclusão de elementos integrantes da cultura dos novos migrantes às formas de manejo da pecuária, de convívio com os ambientes natural e social, onde começam a delinear-se os vestígios do que seria conhecido como tradição pantaneira (Nogueira, 2009, p. 149-150).

Cada vez mais a região estava sendo modificada e ganhando contornos na estrutura socioeconômica. Na década de 1960, os efeitos do processo da globalização marcam a política agrícola no Pantanal pelos investimentos na monocultura de grande escala (Ribeiro, 2015).

A mecanização da lavoura, o emprego de defensivos agrícolas, a liberação de mão-de-obra, aliados aos avanços técnicos de adaptação de espécies e correção de fertilidade do solo, tornaram as terras planaltinas do entorno pantaneiro, antes solos pobres de cerrado, em atraentes áreas de plantio de soja e de arroz (Banducci, 2002, p 146).

A partir da nova possibilidade em terras agrícolas e de baixo custo levaram a chegada de produtores vindos, sobretudo, do sul do país. Anteriormente o uso das terras era feito de forma pequena por lavoura e criação extensiva de gado, com as novas ocupações a estrutura produtiva ganha novos avanços. A partir da década de 1970, o Pantanal Sul tem início programas de incentivos na produção da implantação da infraestrutura hoteleira, movidos particularmente pelo turismo de pesca esportiva (Banducci Jr, 2002). Nesse período o Pantanal começa a atrair turistas e a população local vivencia modificações estruturais e fundiárias, como o surgimento de pousadas e a criação de novos postos de trabalho para atender a demanda turística (Ribeiro, 2015).

Um fator importante no início do turismo na região é a falta de mão de obra específica para a atividade que despontava, assim, foi necessário deslocar trabalhadoras/es das fazendas para as pousadas e pesqueiros, onde os homens trabalhavam como guias ou piloteiros e as mulheres como cozinheiras e camareiras (Ribeiro, 2015). O processo de ocupação no Pantanal resulta no modo em que os personagens sociais são postos, identificados culturalmente e nos diferentes movimentos econômicos ao longo das décadas.

Dentre as características e particularidades do Pantanal, tratar como região isolada não se faz pertinente, se configurando como falácia. Mesmo antes da implementação das tecnologias da atualidade, o viver em isolamento não existia, a comunicação entre fazendas sempre foi feita, seja por deslocamento humano ou via rádio amador usado por décadas nas fazendas (Ribeiro, 2015). O avanço da ciência e da tecnologia promoveu modificações no cenário pantaneiro

decorrentes das interferências humanas com a chegada de rede telefônica, internet e wi-fi.

Fora da ideia de isolamento, rústico e primitivo, o Pantanal é formado por gente de diferentes fenótipos e culturas, mas que mesmo assim, “o discurso homogêneo da velha cultura pré-moldada se sobressai” (Moraes; Bassinello, p. 221). Portanto, falar das particularidades pantaneiras é também dialogar sobre os modos de ocupação, pois continuam a moldar esse local em seus pormenores culturais e econômicos. Para isso, será destacada a comunidade do Passo da Lontra e seus meandros no próximo subitem, destacadamente sua formação e localidade, para posteriormente adentrar a história das mulheres moradoras da região. Para tanto, é preciso desconstruir as ideias dadas sobre o Pantanal em isolamento, para se aproximar da comunidade que está entrelaçada com os moradores da ribeira do rio Miranda.

O Pantanal é vivenciado por brasileiras/os, bolivianas/os e paraguaias/os, por se estender pela Bolívia e Paraguai, tendo particularidades pontuadas pelas diferenças entre os países, caracterizando um Pantanal transfronteiriço. As especificidades locais são estabelecidas pelos olhares das/os fazendeiras/os, de turistas, de pesquisadoras/es, da mídia, dentre outros atores e instituições, porém, sempre guiado por interesses locais sentidos de forma global. A importância do Pantanal foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO que lhe concedeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade, além de ser considerado Reserva da Biosfera. Os fatores climáticos, principalmente os ciclos de seca e de cheia, operam diretamente na vida das gentes pantaneiras⁴ e de renovação do bioma (Ribeiro, 2014).

Nos estudos de Ribeiro (2014), as gentes pantaneiras podem ser elencadas através de 4 categorias: os proprietários de terras, os trabalhadores das fazendas, os proprietários dos empreendimentos turísticos e os trabalhadores do turismo, independente da origem, vivem e produzem no Pantanal. Para além destas categorias, as gentes pantaneiras também são os ribeirinhos, indígenas, quilombolas e pequenos produtores.

O intermédio entre o equilíbrio de chuva e não chuva, caracteriza como boas condições para a pastagem e, conseqüentemente, regeneração da vegetação, dos rios, lagoas e corixos⁵. É importante destacar, também, a piracema⁶, fenômeno considerado essencial para a preservação

⁴ Ribeiro (2014), as gentes pantaneiras podem ser elencadas através de quatro categorias: os proprietários de terras, os trabalhadores das fazendas, os proprietários dos empreendimentos turísticos e os trabalhadores do turismo, independente da origem, vivem e produzem no Pantanal.

⁵ Os corixos são cursos d'água característicos da planície pantaneira, que variam bastante em tamanho e largura, assemelhando-se a braços de rios. Eles se formam durante o período de cheia, quando a água transborda dos rios principais e se espalha pela planície.

⁶ A piracema é o período de reprodução que acontece entre primeiro de novembro e vinte e oito de fevereiro do ano subsequente. Este período pode sofrer alterações de acordo com a região e as questões climáticas. O fenômeno da piracema é considerado essencial para a preservação da piscosidade dos rios e das lagoas, pode sofrer alterações

dos rios e das lagoas. Normalmente, nessa época os peixes sobem os rios para desovarem em águas tranquilas, dependendo de fatores como a temperatura, aumento de volume das águas e luminosidade.

A região ganha destaque nos noticiários nacional e internacional por conta da seca prolongada e das queimadas como efeitos da crise climática. Entre os anos de 2020 e 2024 o bioma passou por um cenário de chuvas abaixo da normalidade (WWF, 2021), equiparadas por especialistas aos anos de 1964, 1971 e 2021, onde a seca extrema restringiu a navegação nos rios da bacia e, conseqüentemente, gerou dificuldade para o escoamento da produção.

Enquanto os relatos midiáticos enfatizam a seca e as queimadas como facetas da crise climática, as perspectivas locais dos pantaneiros revelam sinais de mudança no clima e seus impactos diretos na vida cotidiana. Pelo canto do pássaro, na vocalização do jacaré e do bugio, as gentes pantaneiras costumam prever a chegada da chuva, o que vem acontecendo cada vez menos desde 2020, quando a seca se tornou severa (Barbosa, 2024). Nesse período o céu ganha uma coloração alaranjada, evidenciando que o Pantanal está mais uma vez em chamas, ocasionadas, criminalmente, por ação humana.

Segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa-UFRJ), o fogo no Pantanal ultrapassa 1,3 milhão de hectares de área atingida, alcançando 8,7% do bioma. As queimadas que estão ocorrendo em 2024, já superou em 39% o registrado no mesmo período de 2020. Com o avanço das queimadas, brigadistas dos governos federal e estadual atuam na região, reunindo agentes de órgãos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul, agentes da Força Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, além de Militares das Forças Armadas e da Polícia Militar Estadual (Sinimbú, 2024).

As queimadas causam destruição na biodiversidade do bioma, degradação do solo, poluição do ar e impactos socioeconômicos. O cenário da região e proximidades por conta do fogo repercute no céu acinzentado pela fumaça, chamas invadindo as estradas e animais carbonizados. Para Sabrina Sales (2023), durante a pesquisa realizada no Pantanal, entre os anos de 2020 e 2021, perpassou por uma forte nuvem de fumaça das queimadas causando desconforto para a respiração e trazendo novos olhares para a natureza pantaneira:

A visão da seca, de animais disputando recursos claramente escassos como a água foi chocante, a imagem midiática do jardim sagrado, de um paraíso

ecológico se esfacelava diante dos nossos olhos, trazendo sentimento de impotência (Sales, 2023, p. 63).

O Pantanal em chamas, traz efeitos globais, para quem mora, vai ou já visitou, todos acabam colhendo as consequências, mas de formas diferentes. A realidade de quem vive nas comunidades pantaneiras é muito difícil, a ameaça iminente do fogo gera um sentimento de impotência, tristeza e desesperança. As pessoas em meio às chamas, são obrigadas a se moldar aos resultados da estiagem e das queimadas, tendo a saúde afetada por doenças respiratórias severas que podem ser irreversíveis, principalmente em crianças e pessoas idosas, sem contar com a parte econômica que tem perdas representativas com a diminuição de turistas, a redução do valor da arroba do boi, as perdas nas plantações de pequeno porte e de subsistência de algumas famílias, dentre outros fatores.

1.1 Passo da Lontra: localização e cenário

O Passo da Lontra, está localizado no Pantanal Sul-mato-grossense no entrelace da sub-região do Abobral e do Miranda, pertence ao município de Corumbá-MS. Dentre as curiosidades e “causos”⁷ sobre a constituição da vila está o nome atribuído ao aglomerado de famílias na década de 1960 ou 1970 e desenrola discussões entre ser Passo da Lontra ou Passo do Lontra para no final os moradores encurtarem para “Lontra”. Sua nomeação também inclui favelinha (Banducci, 2002), vila e comunidade.

Entre as controvérsias sobre o nome, para alguns a sua origem surge das comitivas de gados e quem fazia a travessia dos animais pelo rio era um senhor de apelido Lontra, resultando no nome Passo do Lontra. Outra versão do nome, seria pela existência de grande número de lontras pela área do retiro da fazenda Bodoquena, onde moradores faziam a travessia do gado, ficando conhecido assim como Passo das Lontras (Banducci, 2002). Segundo Banducci Jr (2002), o nome encontrado nos registros e documentos do Estado representando o nome oficial como Passo da Lontra, por essa razão a comunidade é assim referida nesta dissertação.

⁷ Os causos são histórias vividas pelas pessoas e/ou contadas por outras, que aconteceram, inventadas ou com partes reais e transformadas por quem conta (Coelho, 2021).

Figura 3 – entrada do Passo da Lontra



Fonte: Bogarim, B. (2023).

A estruturação do vilarejo aconteceu nas terras de grande propriedade local, a fazenda São Bento (Banducci, 2002). A vila tem sua história marcada pelo rio Miranda, onde antes de se tornar habitada por uma população massiva, era local de passagem por viajantes em direção a Corumbá. Os viajantes a caminho da cidade branca⁸ atravessavam de balsa antes da construção da ponte de madeira, o local também era conhecido por ser rota para transportar gado (Oliveira, 2017). A ocupação da área teve início como um local de paragem e posteriormente, a instalação de uma pequena vila de trabalhadores que chegavam até o local à procura de emprego. As/os trabalhadoras/es se concentravam, primordialmente, nos empregos gerados pela pecuária, contando com o cenário econômico dominante.

O processo de reordenamento econômico que o Pantanal Sul vivenciava tinha a criação

⁸ A cidade de Corumbá também é conhecida como “cidade branca” por ter o solo de cor clara, rico em calcário.

de gado bovino de corte como domínio na região e passou a vivenciar o turismo como atividade complementar da pecuária (Ribeiro; Vargas; Araújo, 2011). O cenário turístico no Passo da Lontra ao longo do século ganha espaço para o turismo de pesca e, posteriormente, de contemplação da natureza, essa última categoria turística gera compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e ganha mais adeptos por causa dos resultados de deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos (Barretto, 2003).

A facilidade no transporte, a melhoria da infraestrutura, os novos postos de trabalho e a chegada da comunicação (rádio, televisão, internet, celular) foi organizada pelo reordenamento econômico transformando o Pantanal através da valorização do conjunto de serviços advindos da pecuária e do turismo. Nesse ímpeto, a reordenação social e cultural do Passo da Lontra impacta na chegada de novos habitantes na região (Ribeiro, 2018).

Mesmo com a reordenação do local, ainda não existem fontes de órgãos oficiais sobre o número de pessoas que vivem no Lontra. A localização do Passo da Lontra encontra-se em meio a terras da União definidos pela Constituição Federal, causando grande ambiguidade para o reconhecimento do local, que por vezes não é reconhecido como comunidade ribeirinha mesmo estando na beira do rio Miranda. A vila não possui saneamento básico, escola, rede bancária, pode-se dizer que existem diversas precariedades de serviços públicos.

Um dos marcos físicos na vila, é a ponte de madeira sobre o rio Miranda (Figura 04), a pavimentação asfáltica da BR-262 e o movimento em torno das configurações trazidas pelo turismo, possibilitou a história ser contada por homens e mulheres que adentram as terras pantaneiras em busca de oportunidades empregos e criando moradas (Ribeiro, 2018).

A ponte foi construída em 1970, com estrutura de três metros acima do nível do rio, onde veículos, animais, e pessoas faziam a travessia. Com o crescimento da região, uma ponte de concreto (Figura 05) contando com 7,40 metros de altura sobre o leito do Rio Miranda foi construída com investimento do Ministério do Turismo em parceria com o Governo do Estado. A construção da ponte de concreto no ano de 2012, possibilitou maior tráfego entre as cidades de Corumbá e Miranda, viabilizando o cruzamento sobre os rios, vales e outras divisões geográficas, representando também um elo vital para a integração regional e o desenvolvimento econômico.

Figura 4 – ponte de madeira e ponte Alfredo Zamlutti



Fonte: Ribeiro, M. A. (2018).

Figura 5 – passarela reformada e ponte Alfredo Zamlutti



Fonte: Bogarim, B. (2024).

Para a comunidade do Passo da Lontra, a ponte de concreto auxiliou no fluxo da produção local. A ponte de madeira seguiu até o ano de 2020, mas acabou cedendo após uma forte chuva destruindo grande parte da estrutura que carecia de manutenção (Agesul, 2020). Surge assim, a construção de uma passarela no local da antiga ponte de madeira, construída com toras de eucalipto, projeto desenvolvido pelo Governo do Estado, por meio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul.

Com a elaboração do projeto da ponte de concreto, levantaram o debate para a demolição da ponte de madeira por meio da pressão de proprietários de barcos-hotéis de Corumbá, pois obstrui a passagem de grandes embarcações pelos vãos da ponte de concreto. Após longos debates e por influência de interesses econômicos advindo principalmente do turismo e opiniões de moradores, a ponte de madeira permaneceu instalada e com o passar do tempo e a falta de manutenção, o madeiramento foi deteriorado e, para facilitar a circulação de pessoas de uma margem à outra do rio Miranda foi instalada uma passarela.

Os moradores da comunidade, de modo geral, são contra a retirada da ponte, por vários motivos citados nas entrevistas com os moradores locais. Além de defenderem a preservação do meio ambiente, a restrição da passagem dos barcos-hotel de grande porte, significa resistir à redução da oferta de trabalho e reduzir o potencial pesqueiro do Passo das Lontras. A ponte também é vista como forma de apoio e alternativa de passagem por pedestres. Ela representa no imaginário coletivo, a memória histórica do local, símbolo da própria comunidade e ainda um elemento turístico. Portanto, além de dar identidade ao

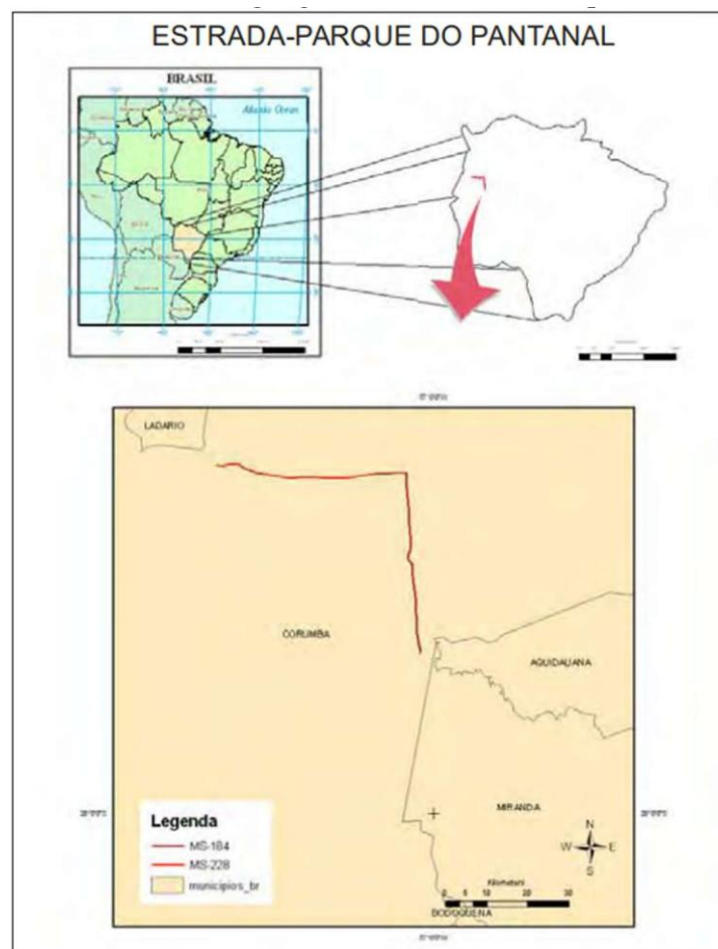
local, ela representa um patrimônio cultural dos moradores do Passo das Lontras (Oliveira, 2017, p. 63).

O debate acerca da não demolição da então ponte de madeira teve como principal argumento a mobilidade entre moradores da vila e a circulação de turistas na região. Dessa forma, a formação do Passo da Lontra segue disposições traçadas por fazendeiros, grandes empresários do turismo e posteriormente pelos moradores locais, e assim recaindo nas normas em que o próprio dinheiro dita. A ponte permaneceu no local partindo do que chamam de “compromisso com o ecossistema” e pelo interesse da preservação local, além de servir de restrição para as grandes embarcações atravessarem e adentrarem em partes do rio “reservada” à pesca das pousadas e ranchos de pesca, como uma forma de “reserva de mercado”.

Outro marco que deságua na comunidade do Passo da Lontra, foi a instituição da Área Especial de Interesse Turístico por meio do Decreto MS nº 7.122 de 1993, denominado Estrada Parque Pantanal – EPP. Tendo como objetivo criar estratégias para a economia local, a preservação da natureza e favorecer a indústria do turismo. Segundo Marcelo Silva de Oliveira (2017), a Estrada Parque Pantanal oferece contextos econômicos, ambientais e impactos socioeconômicos e culturais, pensando na potencialização do desenvolvimento territorial a partir dela.

A Estrada-Parque Pantanal - EPP no entroncamento da BR-262 com a MS-184, os locais denominados de “Buraco das Piranhas” e “Curva do Leque” perpassa o Passo da Lontra às margens do rio Miranda, o Porto da Manga, concentrada na borda do rio Paraguai seguindo até a cidade de Corumbá e conta com 120 quilômetros de extensão (Oliveira; Le Bourlegat, 2019). Na Figura 6, é possível identificar a extensão da EPP, as comunidades e as estações de observação da paisagem.

Figura 6 – localização geográfica da Estrada Parque do Pantanal



Fonte: Soriano, A.J.S.

A EPP é considerada uma das melhorias oferecidas na infraestrutura da região pantaneira, em especial na área de transporte. A facilidade do fluxo para a comunidade auxiliou na promoção do desenvolvimento do turismo, nascendo pousadas rústicas de administração familiar (Oliveira, 2017). O trabalho antes categorizado apenas dentro da cadeia produtiva da pecuária, como motoristas, peões, peoas, cozinheira/o de comitativas dentre outros, ganham novas funções e direções quando o turismo se instaura na atividade econômica.

Com a transformação da estrada MS 180 em Estrada-Parque Pantanal intensificou o turismo, fortalecendo o modelo turístico de contemplação da natureza e de pesca. temos aproximados 120 km de extensão (Aristides, 2022) da estrada, com dezenas de pontes de madeira que garantem o tráfego sobre rios, afluentes, corixos e vazantes, às margens têm instaladas pousadas, campings, pequeno comércio, fazendas e é possível fazer observação de pássaros, mamíferos e répteis, possibilitando a prática do turismo contemplativo.

Nesse contexto, a relação com os recursos naturais que se desenrolam na vila e seu diferencial com ligações com a cidade auxiliam na prática econômica vigente. Para Moretti (2006), o turismo no início da década de 1970, buscou por um “desenvolvimento sustentável” e

a esgotabilidade dos recursos naturais começou a ser discutida de forma mundial. Tendo como proposta a valorização mercantil do ambiente e a racionalização e controle de uso pelo mercado. Mas falar em sustentabilidade e turismo atualmente, identifica as necessidades do turista dentro do âmbito de consciência própria e preservação dos destinos visitados. Dentro dos eventos que culminaram a atividade turística no Pantanal, o autor ainda traz a globalização que ajudou a propagar a natureza pantaneira, a pavimentação asfáltica na BR-262 possibilitando conhecer a região com carro de passeio e a imagem que foi se formando para além do eixo turístico São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao analisar o turismo no Lontra é preciso identificar suas vertentes estando em constante inovação e adaptação “podemos compreender o movimento da segmentação do turismo, tendo em vista a constante necessidade de aprimorar as suas especificidades e adaptá-las ao consumo dos turistas” (Machado; Braticevic, 2017, p. 467). Os processos que a região percorreu em meio às atividades econômicas, auxiliaram na compreensão dos próprios trabalhadores locais e no desenvolvimento das relações sociais estabelecidas.

1.2 Fascínios e desafios no fazer etnográfico

O trabalho de campo no mestrado iniciou na cidade de Campo Grande, quando soube que uma das moradoras do Passo da Lontra estaria na capital sul-mato-grossense para consulta médica e, conseqüentemente, comprar mercadorias para revenda em seu estabelecimento comercial, tratava-se de Maria Luísa, comerciante no vilarejo. Entrei em contato e marcamos uma conversa no hotel onde ela estava hospedada, com o caderno de campo fiz algumas perguntas, como, por exemplo, sobre as motivações que a levaram a se mudar para o Passo da Lontra e como o trabalho dela, enquanto comerciante se diferenciava dos afazeres que ela tinha na cidade. Com a entrevista foi possível referenciar o conhecimento anterior da espacialidade da pesquisa e traçar um novo objetivo de pesquisa no mestrado fez com que novos questionamentos e olhares surgissem.

A ida de fato ao Lontra nesta nova pesquisa se deu em setembro de 2023, viagem realizada pelos professores da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e financiada pela universidade, onde iam alunos da graduação que estavam cursando as disciplinas de Turismo e Ciências Sociais e a disciplina de Antropologia Visual, e duas alunas do mestrado em Antropologia Social, eu era uma delas. É importante ressaltar as viagens em grupo porque geram um campo diferente, com mais interferência de pessoas. Então, em alguns momentos nessas viagens, era preciso conversar com os moradores estando rodeadas de alunos, não sendo uma

conversa particular. Nestes casos, a observação surge como grande efeito no campo. Além disso, tem lados positivos, como o deslocamento gratuito oferecido pela universidade, conseguir ver e ouvir o lado de outras pessoas sobre o local e em contrapartida o lado negativo, em ser mais difícil criar algum laço de proximidade com os moradores, porém, todas as dinâmicas e experiências são importantes e estão pertencentes no meu fazer etnográfico.

Em diálogo com a antropóloga Alba Zaluar (1986) pensar no trabalho de campo diz respeito a teoria e prática, e assim pode-se apontar alguns problemas, dentre eles, está a tradição do antropólogo levar para sua escrita apenas os registros dos discursos oficiais. Sendo assim, o pesquisador, quando em campo, está dado as inúmeras possibilidades de acertos, erros e erros-acertos:

De líder a mero catalisador, o pesquisador participante atravessa muitas passagens, encruzilhadas e armadilhas. Tem, como todos os outros pesquisadores, que tomar decisões e estabelecer estratégias que levem em conta o lugar que ocupa enquanto estranho, diferente, superior ou distribuidor de recursos. Sua presença, como de qualquer pesquisador, cria um novo campo de relações ou um espaço público que devem ser, eles mesmos, objeto de reflexão porque históricos, datados e marcados pela alteridade (Zaluar, 1986, p. 112-113).

Indo na contramão da tradição metodológica, aqui se faz jus aos efeitos, inquietações e apreensão, por isso a noção de fascínios e desafios no fazer etnográfico. Acreditando na pesquisa como local de refletir sobre as variadas possibilidades de relacionamento entre pesquisador e pesquisado, e os diferentes impactos que a pesquisa provoca. Na tentativa de sair dessa alteridade, o tempo foi um objeto valioso, compreendendo a pesquisa como a história de um relacionamento pessoal (Zaluar, 1986).

As outras idas a campo também precisaram de recursos para acontecer, isto diz respeito também às dificuldades de pesquisar em uma região como o Pantanal. Por isso, traço o reconhecimento e ajuda enquanto bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e ao recurso utilizado do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP. Além do recurso, para a realização de trabalho de campo no Pantanal Sul Mato-grossense exige planejamento em múltiplos detalhes, os quais consideram condição climática, presença das interlocutoras no local, disponibilidade para entrevista e, em alguns casos, conversas parceladas, para não atrapalhar o trabalho das interlocutoras. A coleta de dados em formato de entrevistas semiestruturadas aconteceu no Passo da Lontra, que está localizado a 310 km de Campo Grande, local de residência da pesquisadora. Para tanto foi necessário reservar hospedagem, atentar-se à alimentação, com aquisição de mantimentos, água e repelente para

insetos, pois o período posto estava com muitos mosquitos.

Outros pormenores marcam estas trajetórias do campo, como minha gestação não planejada e descoberta já no sexto mês. Dentro desta nova estrutura, o campo foi restabelecido, viajei ao Passo da Lontra grávida, já no oitavo mês de gestação, foi um campo feito a partir de muitos cuidados e de resultados. Dentro desse processo, a pesquisa contou com os efeitos da presença corporal e material em campo, pois os corpos dentro da etnografia, se tornam materialmente visíveis. Nascimento (2019), fala da corporeidade da antropóloga que é observada e classificada, desejada e refutada nos processos de campo e de escrita.

A pesquisa de campo tomou alguns rumos que afetaram o modo de ver, fazer, pensar e escrever antropologia (Oliveira, 1996) e, concomitantemente, se encontra entre as naturalizações e construções sociais das mulheres. O novo ordenamento pessoal fez com que o trabalho de campo fosse adiado por um tempo, mas meses após o nascimento da minha filha, realizei meu último campo, entre fraldas, repelente e inúmeras malas, realizei esta viagem, contando com o apoio financeiro e logístico do PPGAS e da UFMS, o acompanhamento presencial da orientadora e a predisposição das interlocutoras, que esperavam para conhecer a bebê (Figura 7) e a incorporaram ao viver local, tanto que em meio as transcrições das entrevistas sempre escuto elas oferecendo brinquedos para Maya Maria.

Figura 7 – Maya Maria durante viagem de campo



Fonte: Bogarim, B. (2025).

O processo etnográfico, assim como o despertar em notar a corporeidade e o maternar atrelado ao trabalho de campo e a produção de escrita, percorre um caminho ao longo da história. Dessa forma, o método etnográfico seguindo as ideias de Silvana Nascimento (2019), assume um posicionamento antropológico feita pela borda, produzindo relações de alteridade por meio do próprio corpo permitindo torná-lo visível e questioná-lo quando se mergulha no processo da experiência de campo.

Criam-se entendimentos, desentendimentos, rupturas e aproximações, que não necessariamente fazem parte das primeiras camadas de escrita apresentadas em artigos, relatórios, publicações; estão nas entrelinhas subliminares, borradas e apagadas, sempre presentes na trajetória da pesquisadora. Assim, assumir o posicionamento de uma antropologia a partir da borda é possibilitar que estas entrelinhas, que marcam as trajetórias etnográficas, façam parte da escrita, como um trabalho artesanal (Mariza Peirano, 1995), sempre incompleto, parcial e fronteiro (Nascimento, 2019, p. 469).

Em vista disso, em conjunto com as ideias de Marilyn Strathern (2012), sobre o efeito etnográfico, as relações do trabalho de campo se estabelecem entre escritor/a, autor/a, leitor/a, informante e sujeito, e cria diversos pontos cegos na escrita etnográfica. Por isso, a etnografia, enquanto produção antropológica, produz diferentes e imprevisíveis efeitos dependendo da perspectiva e das finalidades tomadas. Assim, perpassa também pelos saberes localizados que formam determinadas situações e localizações, pensar o local de fronteira para a pesquisa constrói uma perspectiva de multiplicidade em que a antropóloga assume seu lugar na

fronteira entre mundos “seguindo caminhos marcados por desigualdades, diferenças e relações de alteridade que permitem encontros e desencontros que animam o pensamento, reavivam os sentidos, descolonizam a visão” (Nascimento, 2019, p. 478).

A metodologia recebe influências a partir do trabalho de campo e se molda dentro da ideia proposta, independente disso a forma de olhar e ouvir são os amuletos antropológicos que guiam os pesquisadores (Oliveira, 1996). No campo surge a necessidade da domesticação teórica do olhar, por isso a construção bibliográfica com leituras e estudos deve ser feito. Sendo assim, o conversar, o olhar e o ouvir se complementam como um trabalho moral, político e epistemológico na interpretação da/o antropóloga/o.

Desse modo, essa pesquisa foi construída por algumas etapas, a primeira envolve o levantamento bibliográfico dividido em três blocos: trabalhos domésticos, mulheres e Pantanal, atentando para questões que possam aludir a visão dinâmica de marcadores étnicos e culturais presentes na região pantaneira. Portanto, a primeira fase da pesquisa é a de revisão de literatura, considerando a contribuição aos estudos de gênero, na medida em que o discurso do trabalho introduz as dimensões políticas, sociais e das formações históricas. Autores como Banducci Jr, 2002; Bezerra, 2018; Moretti, 2001; Oliveira, 2017; Ribeiro, 2015; Ribeiro e Vargas, 2021; Thomé, 2008, dentre outros, sustentam teoricamente os estudos sobre o Pantanal a partir de uma perspectiva antropológica, permeando conhecimentos da geografia e do turismo, que permitem construir e produzir um campo frutífero de observações, indagações e tensões dentro do que já foi visto, ouvido e escrito.

O processo etnográfico aqui vivenciado, preza pelo diálogo com os sentidos e efeitos durante o campo. A observação é feita de forma direta, sendo divididas em duas etapas: a observação, propriamente dita, e as entrevistas. A partir desta intersecção metodológica foram realizadas pequenas imersões à campo e a interação com as interlocutoras aconteceu em diferentes formas de comunicação, destacadamente, em trocas de mensagens via redes sociais, seja por Whatsapp ou pelo Facebook, mantendo uma relação de proximidade que tinha como referencial perguntar sobre o cotidiano, a saúde, desejos de boa semana, enviar fotografias, dentre outras trocas de gentileza e de interesse pelo viver daquelas mulheres.

Na segunda fase, a coleta dos relatos de mulheres sobre suas relações com o mercado de trabalho, através de entrevistas semiestruturadas e de fotografia do cotidiano do local e do trabalho. O uso da câmera em campo, como, por exemplo, fotografando uma moradora local (Figura 8), traz a questão de como identificar o outro e quais os meandros de uma ética científica com a produção dessas imagens que, nesta dissertação tem a função de compartilhar e agradecer a disposição das interlocutoras. As fotografias foram autorizadas por elas, assim como a

publicação das imagens.

Figura 8 – produção de imagens em campo



Fonte: Ortega (2025).

A noção de fotografia surge na pesquisa pela capacidade de registrar os acontecimentos. Indo mais além, o ato de fotografar possibilita perceber o não dito, tornar o cotidiano uma imagem, trazer atenção ao ordinário e mostrar o que é visível, memorável e por vezes esquecido. A imagem também pode ser utilizada como meio de apresentar os resultados da pesquisa, através do conjunto do corpus fotográfico que produz sentido ao discurso visual e sua função antropológica (Attané; Langewiesche, 2005).

Na utilização da câmera, encontra-se um aparato a mais para se pensar e fazer antropologia. Porém, a fotografia no trabalho de campo se tornou uma devolutiva para as interlocutoras, pois foram fotografados os trabalhos manuais de artesanato e os afazeres do cotidiano realizados como complementação de renda ou, no dizer de uma interlocutora, para “não cair na depressão”. A interação através da fotografia vem acompanhada como troca ou aproximação em campo, sempre após uma conversa é sugerida uma fotografia no local de preferência de cada uma, e assim, as imagens criaram um elo de aproximação entre pesquisadora e interlocutoras.

A etnografia pode ser entendida como método que tem um conjunto de técnicas, envolvendo a observação, técnicas quantitativas, entrevistas, dentre outras (Santos, 2021). A análise em colaboração ao uso de imagens se faz de forma pertinente para ir além dessas categorias colocadas e compreender as mudanças constantes da natureza pantaneira e tudo que está atrelado a isso, como a população, suas identidades e o ser mulher. Assim, a fotografia se torna produto desses encontros, mais do que apenas a dualidade fotógrafo- fotografado.

A câmera está dada para além do que pode registrar, tendo isto em vista, proponho um ensaio visual introdutório, dividido em três momentos, pensando na aproximação do leitor com a pesquisa e a possibilidade dos moradores e em especial, as interlocutoras se enxergarem, (1) os “Trajetos”, em referência às rotas físicas e sociais que nos levam até a região; (2) o “Passo da Lontra”, delimitação espacial da pesquisa e (3) o “Permanecer”, momentos de diferentes vivências como uma conversa, dança e feitura de artesanato. Assim, em seguida estão quinze figuras para adentrar a pesquisa através de um ensaio visual introdutório.

1.3 Ensaio visual introdutório

1.3.1 Os Trajetos

O trajeto parte de Campo Grande (MS), sendo em média 316 km até chegar ao Passo da Lontra. Partindo da saída norte da capital sul mato-grossense pela BR-262, passando pelas cidades de Terenos, Aquidauana e Miranda. Na cidade de Miranda, sempre foi realizado uma parada no trajeto para alimentação e abastecimento do carro. Assim, é retratado usina velha de açúcar Santo Antônio (figura 9) em Miranda, foi fundada em 21 de julho de 1929 e o edifício é tombado como patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul. Além das ruínas da usina açucareira, outro patrimônio de Miranda está na estação de trem da cidade (figura 10). Seguindo o caminho de Miranda até a Polícia Militar Ambiental, Buraco das Piranhas entra-se na estrada de chão rodeada por arvores (figura 11). Já próximo ao Passo da Lontra, uma parada para tomar tereré (figura 12) até a chegada da entrada da vila onde já é possível ver cartazes dos hotéis da região (figura 13).

Figura 9 – ruínas da usina açucareira Santo Antônio em Miranda (MS)



Fonte: Bogarim, B (2023).

Figura 10 – estação ferroviária de Miranda



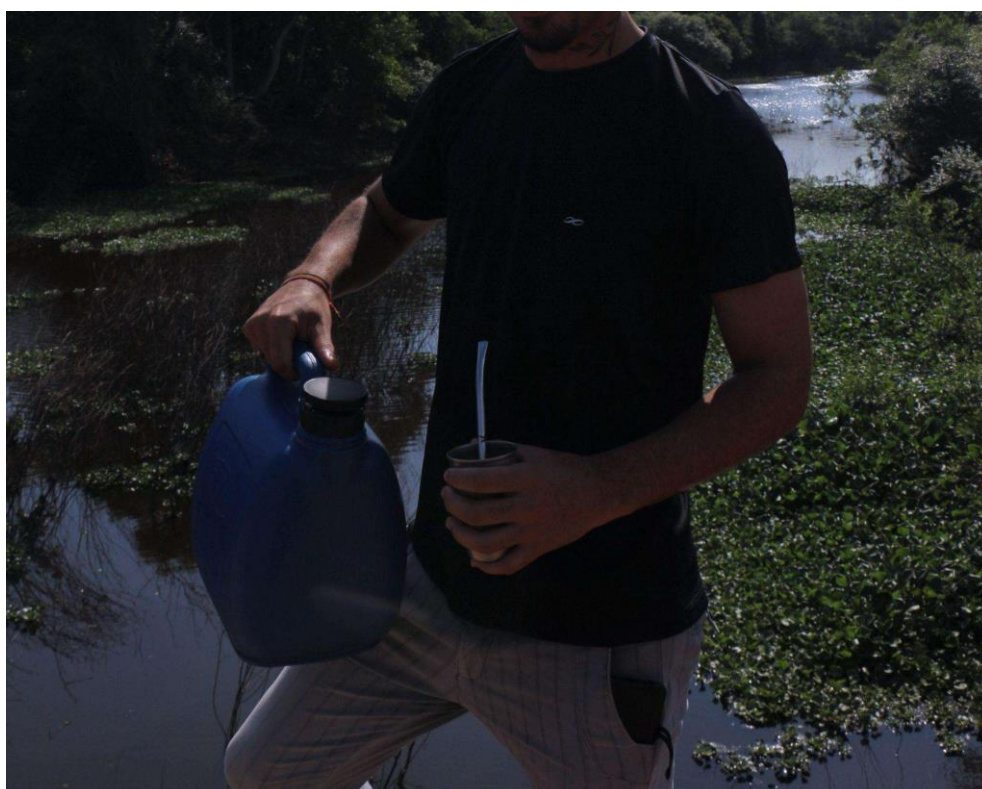
Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 11 – a caminho do Passo da Lontra



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 12 – o tereré



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 13 – cartaz do hotel Lontra Pantanal próximo ao Passo da Lontra



Fonte: Bogarim, B. (2025).

1.3.2 O Passo da Lontra

A chegada ao Passo da Lontra tem como visa a estrada que interliga a Ponte Alfredo Zamlutti e as casas, com placas indicando hotéis, comércio de produtos para pescaria, anúncios de alimentos e bebidas (figura 14). As casas no Lontra são de madeira, em sua maioria possuem caixas de água, são próximas umas às outras, as ruelas não possuem calçamento (figura 15). A presença dos turistas pode ser vista no rio pescando (figura 16) e percebendo alguns sinais de passagem deles, como exemplo as latinhas de cerveja jogadas na passarela sob o rio Miranda (figura 17), as chalanas completam o cenário do Passo do Lontra está nas chalanas (figura 18).

Figura 14 – uma das entradas do Passo da Lontra



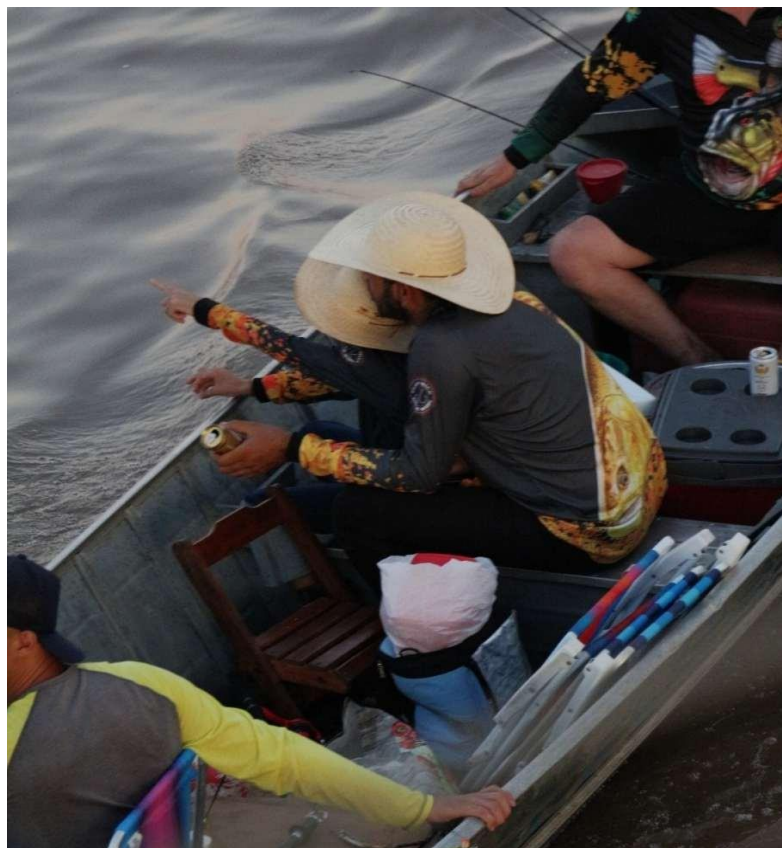
Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 15 – casa com grafite desenhado



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 16 – turistas pescando no rio Miranda



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Figura 17 – passarela sob rio Miranda, com latinhas jogadas



Fonte: Bogarim, B. (2025)

Figura 18 – chalanas no rio Miranda



Fonte: Bogarim, B. (2025).

1.3.3 O Permanecer

As imagens retratam o permanecer dos moradores do Passo da Lontra através de alguns cenários e afazeres do cotidiano, como conversas no deck da Mercearia Iguana (figura 19), a feitura de artesanato (figura 20), o viveiro de orquídeas (figura 21) e o retrato de um momento de lazer com dança (figura 22) e cerveja (figura 23).

Figura 19 – conversa na mercearia Iguana



Fonte: Bogarim, B. (2023).

Figura 20 – mãos no crochê



Fonte: Bogarim, B. (2023).

Figura 21 – viveiro de orquídeas



Fonte: Bogarim, B. (2023).

Figura 22 – dança ao som da música "Merceditas"⁹



Fonte: Bogarim, B. (2023).

Figura 23 – cervejas, copo e chapéu na mesa

⁹ A música "Merceditas" foi composta pelo músico Ramón Sixto Ríos (1913-1995), em 1940, e se tornaria uma das canções mais famosas do folclore argentino. A música Argentina atravessou fronteiras e conquistou gerações se tornando uma das maiores representantes da musicalidade no Estado de Mato Grosso do Sul (Campo Grande News, 2012).



Fonte: Bogarim, B. (2023).

CAPÍTULO 2

2 CAMINHOS ATÉ O LONTRA: TECENDO TRAJETÓRIA E SENTIMENTO

Em uma ensolarada manhã de 2 de setembro de 2023, no Passo da Lontra, estudantes de graduação e mestrado reuniam-se na Mercearia Iguana para uma roda de conversa. Quatro moradores locais estavam presentes, além de pessoas que por ali passavam, alguns contribuíam com uma palavra, outros apenas observavam o falatório de pesquisadores, alunos e professores que ocupavam o espaço com perguntas sobre o cotidiano.

É muito melhor morar aqui (Passo da Lontra), por causa da tranquilidade para criar os filhos. Em questão de doença, na cidade você respirou e é uma doença diferente. Como eu sou guia de pesca tem um valor a ganhar melhor aqui. Se você não souber fazer alguma coisa na cidade, você não consegue viver com o salário-mínimo, lá tem que pagar água, luz e fazer compras. Muitas vezes para você e sua esposa trabalhar, tem que pagar uma babá, aí é difícil (Guia de pesca, 02 de setembro de 2023).

A fala do guia de pesca é emblemática e de relevância para o campo, onde por muitos momentos ir atrás da história de ocupação do Pantanal revelou a diferenciação entre o urbano e o rural. O contraste entre a capital campo-grandense e a vida na beira do rio emerge nos relatos sobre benefícios e dificuldades de morar na cidade, seguidos logo pelas perspectivas dos moradores sobre as vantagens de morar à beira do rio. Essas comparações costumam vir nas primeiras conversas; ao longo do tempo, os moradores são mais enfáticos com os problemas relacionados à saúde, educação e trabalho, além de retratarem a vulnerabilidade pela exposição às enchentes e seca extrema seguida de incêndios florestais.

A pesquisa parte do olhar e da experiência das mulheres da região, mas, antes de chegar a elas, a fala inicial aparece por meio do guia de pesca. Sem perder de vista o feminino estampado nos objetivos específico da pesquisa que é de desenvolver uma reflexão a partir das mulheres, pois são elas quem vivem e constroem as noções de turismo na região, as relações com o meio ambiente, os vínculos com a comunidade e com os rios, com os visitantes, com as patroas e os patrões, e com as pesquisadoras e pesquisadores. No entanto, dentro dessa dinâmica de conversa, surge a dúvida: onde estavam essas vozes femininas durante os momentos iniciais? Iniciamos com um trecho da fala do guia de pesca, e não com o olhar e a voz feminina sobre o Pantanal.

A proposição de uma roda de conversa foi feita para a Maria Luísa (proprietária da

mercearia) no primeiro dia de campo, ela foi consultada sobre a possibilidade de conversar com algumas mulheres usando um espaço anexo da mercearia. Ao responder positivamente, foi solicitado que ela, enquanto figura conhecida no vilarejo, ajudasse a chamar essas mulheres. A dinâmica tomou contornos de um tema exclusivo sobre uma das famílias que está a mais tempo no Lontra, a família Viana. Assim, entre as cadeiras de plástico amarela, no deck da mercearia, a roda de conversa foi organizada e o período da manhã foi dedicado à essa importante etapa metodológica da dissertação.

O patriarca Wilson Viana, com 60 anos, já foi boiadeiro, pescador, piloto e agora está aposentado. Nasceu na Fazenda São Miguel, pertencente ao município de Corumbá, mas veio com 7 anos de idade para a região do Passo da Lontra, acompanhando a família pois o pai havia conseguido emprego em uma fazenda. Segundo ele, teve uma trajetória marcada por dificuldades com a primeira esposa, mãe de seus filhos, tendo de assumir a criação dos filhos e, depois, dos netos. Ele está acostumado com o ritmo do Lontra, a lidar com os moradores, turistas em suas diferentes formas, jornalistas e pesquisadores.

Dentre as memórias, o Sr. Wilson contou suas histórias, motivos e sentimentos que o fazem sempre retornar ao Lontra, seja brevemente ou períodos mais longos. No momento da conversa ele estava de passagem pela região, pois residia em Corumbá. Em meio a simpatia e semblante sorridente diz não poder ficar muito tempo no Lontra “porque aqui eu só bebo pinga” e gargalhou.

Segundo Ribeiro (2015), o consumo de bebidas alcoólicas depois do trabalho é um padrão urbano, mas que repercute entre as gentes pantaneiras. Em sua pesquisa, a partir do relato de um entrevistado expõe que um dos conflitos da atividade turística no Pantanal, tem sido o caso das bebidas alcoólicas:

Os turistas, principalmente do turismo de pesca, consomem e compartilham com os trabalhadores do turismo bebidas alcoólicas durante as férias no Pantanal. Porém, entre esses trabalhadores, o ciclo reproduz diariamente, a despeito de estarem no exercício da função e não desfrutando de férias (Ribeiro, p. 75, 2015).

Neste sentido, o turismo facilita o acesso a bebida e por consequência pode gerar vício e dependência nos moradores, ou até mesmo resultar em brigas por conta do alto teor alcoólico. Indo para além de uma questão moral ou ideológica, falar sobre o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é também evidenciar questões sociais, de saúde pública e de bem-estar da comunidade (Ribeiro, 2015). Então, pela facilidade de acesso à bebida alcoólica, Viana diz, em tom de brincadeira, consumir álcool quando está no Passo da Lontra.

Figura 24 – Wilson Viana encontra a Prof.^a Mara Aline Ribeiro e o Prof. Álvaro Banducci Júnior, ambos docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Wilson Viana, foi interlocutor para a pesquisa de doutorado do Professor e Doutor Álvaro Banducci Jr há vinte anos, presente na imagem junto a Professora e Doutora Mara Aline Ribeiro, também pesquisadora, ambos são referências regionais em pesquisa sobre Pantanal e suas gentes. Este momento de reencontro com os professores simbolizou a memória e reconhecimento de quem vivencia o Pantanal a partir de diferentes perspectivas, seja ele o pesquisador e/ou o pesquisado.

Começo a pensar como dialogar com as mulheres para que elas me contêm também suas travessias e sentimentos tal qual Wilson Viana fez com tanta facilidade. As manhãs no Lontra são calmas, muitas mulheres vão para o trabalho, prioritariamente nos hotéis e outras ficam em casa cuidando de seus filhos. Apenas duas mulheres passaram pela roda de conversa, ficaram acanhadas e respondiam brevemente quando alguém lhes direcionava alguma pergunta, entre diálogos sobre os cuidados dos seus filhos e as faltas de assistência da região.

O primeiro contato tende um pouco sem jeito, na tentativa de conectar a pessoa à pesquisadora. Enquanto antropóloga, ansiava em chegar não apenas nas faltas que existem no Lontra, mas ir além do cenário fantasioso sobre o Pantanal como paraíso da biodiversidade, em que obviamente, não foram nos primeiros contatos, muito menos em roda de conversa que obtive isso.

Foi no movimento de sentar-se com elas na frente de casa, conversar, ver o dia passar,

convidá-las para um momento de lazer, seja comendo um pastel ou tomando uma cerveja. Conversas pelo whatsapp de bom dia, felicitações em datas comemorativas, dialogar sobre o Lontra e quando iria para lá. Para conseguir ir além de conversas que girassem apenas em torno do local, para que não fossem seus esposos que falassem por elas, foi preciso repensar o meu primeiro contato e então, chegar até Sossô e Marizete.

2.1 Sossô, sorridente e líder

A senhora Servarina Pedroza Louveira, no período do trabalho de campo, estava com 54 anos, chegou ao Passo da Lontra nos anos 2000, para trabalhar como auxiliar de cozinha em um dos hotéis da região. Todos na vila do Lontra a chamam de Sossô, ela conta que o apelido veio pela dificuldade de entenderem seu nome e de associarem ela ao seu modo sorridente de se expressar:

Então, o meu nome é Servarina, olha que nome complicado. Quando eu vim para cá trabalhei no hotel ali perto da base. Eu falava meu nome e ninguém conseguia falar, aí começaram a me chamar de Sossô por causa que diziam que na hora que eu estava falando com as pessoas eu sorria. Então o apelido vem de sorriso, para não chamar de sorriso, ficou Sossô. Aí os turistas vinham e perguntavam o porquê de Sossô, aí eu falava que era de Solange, para não precisar falar meu nome verdadeiro. E aí pegou, são poucos que me conhecem como Servarina (Sossô, 16 de março de 2024).

A sorridente, Sossô já realizou trabalhos no Passo da Lontra como auxiliar de cozinha, camareira e prestadora de serviços gerais nos hotéis e nas embarcações, também já foi pescadora, mas precisou mudar de profissão por conta de um diagnóstico de lúpus¹⁰, a doença não permite longo período de exposição ao sol, dificultando determinadas atividades no Pantanal, como, por exemplo, a pesca. O trabalho que se exerce enquanto pescadora coloca a pessoa em meio às intempéries das condições climáticas, principalmente a longas horas expostas ao sol, por essa razão não o realiza mais.

Atualmente ela trabalha em casa como costureira e lavadeira, porém, periodicamente precisa parar por conta das crises de lúpus, prejudicando a entrada de recursos. De qualquer forma, Sossô luta judicialmente pelo direito à aposentadoria por invalidez em decorrência da doença. O cenário da previdência, afastado de centros urbanos, repercute de forma ainda

¹⁰ Popularmente chamado de doença de Lúpus, o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença inflamatória crônica autoimune. Onde o sistema imunológico do corpo ataca seus próprios tecidos e órgãos, causando inflamação em diversas partes do corpo.

mais vagarosa e tardia, o que leva a muitos quadros de desânimos ao entrar neste processo. Mesmo os serviços do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sendo realizados *online* através da plataforma digital, as dificuldades para conseguir acessar e dar continuidade no pedido de seguro social é uma realidade local.

Neste momento, detenho o caso particular que Sossô está passando para conseguir a aposentadoria, ela conta que está em uma tentativa árdua, mas diz ter sido surpreendida e desamparada pelo advogado que estava cuidando do seu caso. O percalço para alcançar a aposentadoria se torna uma luta, o principal entrave para pessoas que moram em regiões afastadas das cidades é a ausência de políticas públicas específicas, acumula-se a falta de informação e acesso à justiça tornando cada vez mais difícil a comprovação de seguro especial¹¹ (Fernandes, Munhós, 2023). Sossô é filiada à colônia de pescadoras, o que facilitaria seu percurso até a aposentadoria, mas no meio deste caminho descobriu que tinham registrado, sem autorização, seu nome como Microempreendedor Individual – MEI¹², e só descobriu essa interferência quando iniciou o segundo processo de aposentadoria, para tanto, preciso viajar até a cidade de Campo Grande para dar andamento jurídico ao caso por intermédio de um outro. O problema maior é que como MEI ela entra na categoria de pessoa jurídica, acarretando obrigações e direitos que ela desconhecia, mudando até mesmo a forma que é calculada a aposentadoria.

Este obstáculo condiz com muitos casos em comunidades ribeirinhas e/ou vilas rurais, em especial no Pantanal, quando não estão filiados a uma colônia ou requerem outro tipo de análise para a situação previdenciária, é preciso se deslocar até a cidade, “porém a constante falta de documentação necessária é um impasse na comprovação da qualidade de seguro especial (Fernandes, Munhós, 2023, p.1)”. Torna-se evidente a dualidade de vulnerabilidades, sendo elas geográfica e socioeconômica, afetando o acesso ao sistema judiciário e a seguridade social. Mas a vulnerabilidade se transpõe de outras formas também, como quando tentam ajudar, mas não dão o amparo e explicação devida. Um dos sonhos de Sossô, de outras mulheres e meninas, era a criação de uma associação do Passo da Lontra para fortalecer os negócios locais, seria ideal para a produção e venda de artesanato e costura:

¹¹ A comprovação de seguro especial é demonstrada por meio de documentos e outros meios, que o trabalhador rural se enquadra, podendo atuar na agricultura familiar, produtor rural, pescador artesanal ou similar. Essa comprovação é essencial para garantir o acesso a benefícios previdenciários, como a aposentadoria rural.

¹² O Microempreendedor individual é uma modalidade de registro que permite que pequenos empresários e autônomos se formalizem de forma mais simples e com menos burocracia. Assim, o profissional obtém um CNPJ, podendo emitir notas fiscais, ter acesso a linhas de crédito e outros benefícios, tendo direitos e obrigações de uma pessoa jurídica.

Olha, a gente aqui não fazia as peças, eu comprava lá em Campo Grande e aí as meninas junto comigo pintavam, aí a gente deixava para vender no Jungle Lodge, era miniaturas de onça, lontra, tuiuiú. A associação seria de várias coisas, artesanato, costura... Com costura íamos fazer jogo americano e aquelas bolsinhas que o turista carrega... a gente ia mexer com bastante coisa (Sossô, 16 de março de 2024).

A Associação das Marias Bonitas do Lontra surgiu a partir de reuniões promovidas com moradores e o Sebrae/MS. O apoio do Sebrae surge dentro do Programa de Apoio à Recuperação Econômica do Bioma Pantanal, sendo uma iniciativa para fomentar atividades econômicas nos eixos do turismo, economia criativa e do agronegócio existentes no Pantanal (César, 2022). Dito isto, no portal de notícias online do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae falam da criação da associação no Lontra e do registro feito em cartório, formando-se dentro dos ditames legais. Não somente Sossô mas outros moradores estavam muito animados e esperançosos com esta organização, viam como uma expectativa de fortalecer a região, estruturar pequenos negócios, consolidar parcerias com outras instituições e, não menos importante, garantir autoestima local.

Lamentavelmente, um dos documentos necessários para criação e registro de uma associação é o IPTU e, considerando que a área ocupa no Passo da Lontra pertence à União, as pessoas que vivem na comunidade não têm o comprovante de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, não foi possível a efetivação da associação, esse fato é analisado no capítulo 3.

Os acessos a diferentes serviços chegam com muita dificuldade na região e se vão com muita facilidade, Sossô está na linha de frente em reuniões e organizações quando se refere ao Passo da Lontra. Esteve enquanto presidente para criar a Associação das Marias Bonitas do Lontra, pediu pela limpeza e coleta de lixo através da prefeitura de Corumbá, tem preocupação com a educação e saúde local. Todos os assuntos ligados à organização da região recaem na Sossô, antes mesmo de conversar com ela já me falavam “você precisa falar com a Sossô, ela sabe de tudo aqui do Lontra”.

Tudo que querem vem aqui em casa, se vão fazer uma reunião, vem aqui em casa. Aí eu estava começando a caminhar com gente disposta a ajudar, eu falei para o pessoal do Sebrae abrir essa associação para nós. Aqui embaixo é tudo sujo e eu já tinha conseguido uma limpeza por mês, para eles virem fazer a coleta de lixo. O pessoal lá de Corumbá ia vir fazer a coleta. Aí eu já tinha conseguido ver para aterrar aqui, mas não deu em nada por causa do Sebrae que achavam que eu tinha que ter esse CNPJ para dar continuidade no meu trabalho (Sossô, 16 de março de 2024).

Ela é liderança no Passo da Lontra, está no empenho e linha de frente na luta pela

estruturação local além disso, ela se considera propulsora dessas ações. Mesmo tomando frente à essas ações, Sossô salienta que antes dela chegar ao Lontra, sua vida era totalmente diferente, e não se considerava como uma liderança.

Servarina nasceu no município de Aquidauana, em Taunay¹³, conheceu desde nova a realidade de alguém que precisava trabalhar ao invés de estudar e brincar. O trabalho que começa a realizar aos doze anos de idade está atrelado ao trabalho doméstico e do cuidado. São trabalhos que sustentam a vida (Moreno, 2019), o trabalho doméstico quando remunerado, tende a ter um alto grau de feminização das suas funções, prevalecendo na mão de obra feminina, para Brites (2013) tem como fruto o entrecruzamento de desigualdades de gênero, classe, étnicas e raciais, além da origem geográfica. O trabalho do cuidado, como exemplo cuidar de uma criança, abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que objetivam atender necessidades concretas do outro (Moreno, 2019, p. 39).

Então, eu saí de casa muito cedo, saí de casa para trabalhar. Saí da casa da minha mãe com 12 anos, comecei a trabalhar como babá e dentro da casa dessa família, aprendi a fazer muita coisa sozinha. Depois de babá comecei a trabalhar em uma pensão e eu ajudava a dona a lavar louça. Então tudo que aprendi foi olhando, nunca foi minha mãe, sempre foi por curiosidade minha, fazer chipa... a dona que eu trabalhava fazia muita coisa para vender, bolo, sopa paraguaia e chipa. Aprendia olhando (Sossô, 04 de fevereiro de 2025).

Sossô diz ter se casado cedo, pois segundo ela, era comum na época. Teve seus filhos e o casamento acabou em separação, seu ex-marido deu muito trabalho para a família, pois não aceitava a separação, bebia demais e batia em Sossô. Após o falecimento da sua mãe, teve que cuidar do seu irmão também, foram para a cidade de Miranda e chegou a trabalhar em três serviços na tentativa de suprir as necessidades. Quando soube da oportunidade de trabalho no Passo da Lontra, viu como ensejo para sair de uma relação que lhe trazia muita mazela. O Passo da Lontra torna-se um local de recomeço por fornecer um dos principais atrativos quando se fala em fluxo populacional¹⁴: a oferta de emprego no turismo.

O turismo no Passo da Lontra movimenta a chegada e partida de mão de obra, em especial, a advinda de mulheres, nas funções de camareira, cozinheira, serviços gerais, garçonetes e lavadeiras. Torna-se assim, pertinente compreender e estabelecer as motivações dessas mulheres irem até a região para trabalhar e morar. No Passo da Lontra, existem fluxos de

¹³ O Distrito de Taunay, pertence ao município de Aquidauana/MS e está localizado a aproximadamente sessenta quilômetros da sede do município, cujo acesso se dá pela rodovia BR-262, a Oeste.

¹⁴ O fluxo populacional refere-se à movimentação de pessoas de um lugar para outro, sendo motivadas por diversos fatores, como a busca por melhores oportunidades de trabalho e vida, fuga de conflitos ou catástrofes naturais.

trabalhadores e trabalhadoras através da demanda de alta e baixa turística, sendo assim caracterizado como um local de sazonalidade atribuída ao trabalho. Por esta razão, entender a individualidade que movimenta a chegada das mulheres até o Lontra se torna essencial.

Depois de se instalar na comunidade ribeirinha, Servarina se casou novamente, conheceu seu esposo enquanto ambos trabalhavam em um hotel da região. Dentre as idas a campo, seu Toninho, marido de Sossô, a auxiliou nas demandas de organização na vila, participando de reuniões e conversas. Depois de mais de 10 anos de relacionamento, Sossô vivencia um outro Pantanal, sem seu companheiro e com as mazelas da viúves.

Eu não me via fora daqui eu gostava, hoje eu falei para os guris que não quero mais morar aqui porque tudo aqui é o Toninho, se vou no hotel, no rio, na ponte tudo é ele. Era onde ele vivia, né? Não é que eu vou embora daqui e vou esquecer, mas vai amenizar a dor um pouco que sinto porque não é fácil para mim passar tudo isso, viver o dia a dia sem ele (Sossô, 04 de fevereiro de 2025).

Toninho faleceu a caminho da cidade para ser socorrido depois de ter sofrido um infarto, em novembro de 2024. Ela lembra com saudades, dos planos que tinham para a reforma da casa onde moravam, mas agora repensa seu viver no Passo da Lontra. Ele estava presente quando Sossô posou para esta foto:

Figura 25 – Sossô em frente à sua casa



Fonte: Bogarim, B. (2025).

A relação do luto e a sociabilidade, recaem no modo que ela está se vendo e sentindo, a mulher líder que é vista e falada por todos quando se referem a sorridente Sossô, agora está amenizada e apagada pela desesperança que a dor da perda tem causado. O processo de luto, também recai na forma de ver e viver o ambiente, assim Sossô me conta com o olho lacrimejando, chora, dá um suspiro e fala da falta que seu companheiro faz, e em desencanto pela vida, diz ter pedido ajuda psicológica ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS:

[...] eu pedi ajuda para o pessoal do CRAS porque, não sei como é o começo da depressão, mas quando perdi minha mãe fiquei assim, falava com ninguém, não queria ver ninguém, só queria ficar trancada em casa. Eu estava me sentindo dessa forma. Aí, quando CRAS veio, falei para eles que estava precisando porque não tenho vontade de lavar roupa, de cozinhar. Mas não desisto. [...] eu perdi uma luta, mas não vou perder uma guerra tenho meus netos, meus filhos. Não é fácil, mas eu vou lutar (em choro) porque eu penso nele, que nunca quis me ver triste (Sossô, 04 de fevereiro de 2025).

Ao longo de sua trajetória, Sossô exemplifica a complexidade das experiências de mulheres que, desde cedo, enfrentam o trabalho doméstico e de cuidado, construindo suas vidas em meio a desafios e conquistas. Sua chegada ao Passo da Lontra marcou o início de uma nova fase, pela conquista de uma casa e de um relacionamento que lhe trouxe esperança e estabilidade. Os movimentos de chegada até o Passo da Lontra, mesmo através de individualidades é possível identificar e traçar marcas que permeiam as necessidades, o permanecer e as faltas de amparo do Estado. O processo de luto pela perda de Toninho revela a continuidade de sua jornada de resistência e reconstrução, evidenciando que, mesmo diante da dor, ela mantém sua força e sua capacidade de seguir em frente. Assim, a história de Sossô não é apenas uma narrativa de dificuldades, mas também de esperança, resiliência e a constante busca por novos começos.

2.2 Marizete, Mil e Umas

Em 2023 Marizete, estava com 53 anos, chegou ao Passo da Lontra em 2016. Em uma das nossas conversas Mari diz não poder ajudar, pois não está a tanto tempo na região e, segundo ela, não é *nativa* do Lontra. Despretensiosa, em uma noite no Lontra, começamos a conversar, ela queria saber de onde vinha todas aquelas pessoas (o grupo de estudantes da UFMS), expliquei que éramos pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e em seguida perguntei se a nossa presença a incomodava e ela disse estar acostumada.

Ainda nesta noite, ela me convidou para conhecer sua casa no outro dia, conforme mostra Figura 26:

Figura 26 – Marizete em frente à sua casa



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Como de costume nos primeiros contatos, comentamos sobre morar na região. Marizete de prontidão fala do caos que está o ensino das crianças na região “é muito perigoso onde as crianças estudam, eu não tenho mais filho pequeno, mas eu ficaria preocupada de ver as crianças lá na escola, é muito movimentada a rua e com criança nunca se sabe” (Marizete, 01 de setembro de 2023). A escola que atende as crianças e adolescentes do Passo da Lontra, antes instalada na Base de Estudos do Pantanal – BEP, agora funciona em um prédio cedido pela Polícia Militar Ambiental – PMA, no Buraco das Piranhas localizado no entroncamento entre a rodovia BR 262 e a estrada MS-184, há aproximadamente oito quilômetros de distância da vila. Além do relato da Marizete, outros moradores/es também afirmam ser perigoso para as crianças, e é, pois, a escola fica junto a rodovia, além disso, quando o transporte escolar não vem, por falta de combustível ou por problemas mecânicos as crianças ficam sem aula e esse é um caso recorrente que impede o exercício pleno de desenvolvimento local.

Marizete vivenciou quando a escola estava localizada na BEP, passou pelo momento de pandemia, períodos de cheias, secas, queimadas, da pesca fechada, e falta de peixe no Rio

Miranda. Então, mesmo quando diz não saber muito sobre o Passo da Lontra, ela já viu muitos sóis se pondo e sentiu brisas nem sempre leves no Pantanal. A interlocutora ainda se identifica como turista, pois assim conheceu a região, quando acompanhava seu marido para pescar e foi se tornando um sonho coletivo se mudarem para um local na beira do rio:

Quando a gente se conheceu, nossa proposta inicial era essa, um dia achar uma barranca do rio para se encostar. Aí o tempo foi passando e com o tempo a gente começou vir para cá, [...] e chegou a oportunidade de comprar essa casinha, na época era a casinha do fundo agora estamos construindo essa, fechamos pizzaria, salão, empresa e viemos para cá, ele virou pescador e eu trouxe minhas coisinhas de salão, sempre que aparece alguém eu faço a unha, pinto cabelo enfim, aí começamos a trabalhar com turista e aí é isso, mudou nossa rotina (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

Em relação à autodenominação de “nativa”, para Marizete, as pessoas que nasceram ou estão a mais tempo no Passo da Lontra são os verdadeiros nativos. E as outras pessoas que chegaram por meio do turismo, em especial da pesca, são os turistas e alguns, como no caso dela, acabam estabelecendo a região como morada fixa.

[...] no meu caso que a gente vai como turista, se encanta pelo local e quer ficar. Aí a gente acaba arrumando um canto, comprando um lugar e fixando residência lá. A gente começou a ir para o Lontra a partir de 2011, íamos pescar, passear e acabamos ficando por lá de vez. O outro tipo de pessoa, é quem vai para trabalhar... piloteiros, cozinheiras, camareiras esse tipo de pessoas. Lá é um entreposto de serviço, elas passam o ano trabalhando e daí quando a pesca fecha, voltam para a cidade. Então, são esses dois tipos de gente que estão lá (Marizete, 20 de junho de 2024).

Quando Marizete se classifica como turista, e faz essa diferenciação quanto ao não ser nativa, abre um leque de concepções que partem do ponto de vista dela e que podemos adentrar através da própria antropologia. O termo “nativo” para a antropologia é complexo e vem sendo objeto de estudo ao longo dos anos discutindo como a antropologia tradicional lida com o nativo e suas categorias de pensamento. O nativo não é especialmente aquele tratado como selvagem e extremamente diferente de onde o antropólogo vem (Castros, 2002).

Eduardo Viveiro de Castros (2002), em seu texto “O Nativo Relativo”, propõe que o pesquisado, que seria o nativo, quanto o antropólogo, que seria o pesquisador, está na mesma ordem, pois ambos geram produções de sentido. Acreditando que a antropologia não é feita de uma forma universal e sim através de uma alteridade ativa reconhecendo esse outro (nativo) e permitindo que ambos (antropólogo e nativo) se transformem mutuamente. Então, Marizete ao se identificar como turista, pode indicar uma rejeição em não se tornar nativa da região, talvez

em levantar a noção de que nativo é quem tem relação indígena, ou por rejeitar alguns processos que a levaram e a fazem permanecer na região. São questões de conceituações e sentimento que não têm um significado final, mas que se torna interessante pois alguém que mora a quase dez anos na região, ainda se considera turista. E é justamente esta colocação de diferenciação da Marizete em que a antropologia se torna interessante, pela variação das relações sociais que são colocadas e realocadas pelas pessoas.

Poucos são os moradores que viveram “uma vida” por lá. Do conhecimento dela, cita duas famílias que viveram o Passo da Lontra desde a juventude, criaram seus filhos e agora estão criando os netos ali. A vila, enquanto entreposto de serviço, introduz novas dinâmicas para a região trazendo diferentes manejos de vivenciar o Lontra. As/os trabalhadoras/es advêm das cidades do interior do Mato Grosso do Sul, sobretudo, das cidades do entorno do Pantanal, como, Aquidauana, Miranda, Corumbá e de outras regiões e países em busca de emprego ou por diferentes motivações.

[...] a maioria das pessoas (do Passo da Lontra) são de cidade, eu tenho casa em Campo Grande, como a grande maioria aqui. As pessoas que trabalham no Lontra geralmente têm residência em Miranda, Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Campo Grande. Enfim, são de diversos locais estão aqui a trabalho e os que não trabalham, no meu caso, são turistas que foram e compraram um cantinho. Tanto é que não tem costume nenhum pantaneiro, de tradição essas coisas porque os costumes lá são de fora, não tem costume local (Marizete, 20 de junho de 2024).

De fato, muitos moradores do Lontra têm ligações com a cidade, seja por intermédio de familiares que têm casa na cidade ou até mesmo a própria, mas também, temos casos de moradores que não têm outro local de residência além do Lontra.

As chamadas “pessoas de cidade” que moram no Passo da Lontra, são as que têm casa nas cidades do entorno do Pantanal, trazem o sentimento de não pertencimento (Bonnemaison, 2012) ao local, tendo como efeito o enfraquecimento na luta pelos direitos da comunidade. Além disso, o ser pantaneiro pode sofrer questionamentos, como na fala de Marizete sobre os moradores do Lontra não possuírem costume ou tradição pantaneira. Mas os costumes estão presentes no cotidiano daquela gente como, por exemplo, sentar-se em bancos ou cadeiras na frente das casas, para uma roda de tereré ou de mate¹⁵ ou, simplesmente para ver o movimento, para as celebrações do Dia das Crianças, churrascos coletivos, dentre outras expressões culturais.

¹⁵ Tereré, ou tererê, é uma bebida feita com a infusão da erva-mate em água fria com ervas medicinais tais como limão, hortelã, erva-cidreira, cocú, salsaparrilha, pé-de-cabra, rabo de cavalo, taropé, verbena, entre outros.

Quando a identidade está pautada em uma comunidade e/ou vila tende-se a pensar no primeiro momento, que essa será mais unificada tendo suas tradições, hábitos e ritos bem demarcados e/ou estabelecidos (Laraia, 2002). Como vem demonstrando, no Passo da Lontra, mesmo enquanto vila, existe uma diversidade de quem constrói essa identidade, simbolizando a fragmentação presente nas sociedades modernas e nos cenários urbanos. Tem-se nas relações sociais, de classe econômica e cultural o molde dessas identidades fragmentadas, “ainda assim, cada povo carrega consigo elementos diversos, que os identificam enquanto um grupo, ou mesmo uma nação” (Feldens; Fusaro; Carvalho, 2018, p. 288).

O contraste das identidades presentes no Lontra advém também de como o local nasceu, como passagem e posteriormente com o advento do turismo, o fluxo de pessoas se torna cada vez mais frequente. A própria Marizete afirma identificando o Passo da Lontra como um “entreposto de trabalho”. Ao retornar a ideia de nativo e turista, é possível identificar outros contrastes no cotidiano a partir de um contraposto, sendo os nativos os moradores de “verdade” e o turista aquele que está de passagem. O turismo além de uma atividade econômica, possibilita olhar pela esfera do fenômeno social, não apenas pelo lado quantitativo de movimentação entre os locais, mas também pelas manifestações concretas que é possível tecer por meio dessa temática (Grünewald, 2003).

O turista ele nada mais é que um forasteiro, vem de fora e resolve se estabelecer, porém ele não é um local, ele continua sendo forasteiro. Apesar de ser meu lar eu não sou daqui eu não nasci, não fui criada, eu cheguei, eu estou aqui. Então, de verdade eu não faço parte disso aqui, igual os demais que nasceram, cresceram, tem toda uma vida, tem a adaptação por isso muitas coisas... minha rotina era outra, tudo era outro (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

A noção de turista indica uma pessoa que está em movimento, que não está a trabalho em contextos diferentes do de origem, seja a sua casa, cidade ou o país (Grünewald, 2003). Para Rodrigo Grünewald (2003), quando a pessoa está na condição de turista, ela pode desempenhar variadas formas de atividades práticas, mas não o trabalho. Sendo assim, o turismo está ligado ao sentido de deslocar-se, e dessa maneira independente de Marizete se sentir ou se identificar como turista, a condição dela não a identifica como turista. Ela vive em um fluxo, não diário, mas quando precisa ir ao médico, fazer compras e visitar os filhos, se desloca até a cidade de Campo Grande, mas a morada dela é no Passo da Lontra.

O turista encontra-se no local onde não está a trabalho, agora Marizete e seu marido desempenham múltiplos trabalhos no Passo da Lontra. Quando perguntado sobre seu ofício, ela

responde que é dona de casa e não faz nada, porém as atividades domésticas são consideradas trabalho não remunerado, em seguida sua vizinha a corrige falando: “A Mari faz um pouco de tudo, é manicure, cabeleireira, faz pizza, artesanato e limpa casa (Maria Luisa, 03 de setembro de 2023)”.

Isso caracteriza uma estreita relação de conhecimento entre moradores locais, quando você conversa com uma pessoa, por vezes ela fala de outro morador e assim relacionaram o nome de Marizete a algum trabalho que ela realiza, como, por exemplo, ser a única cabeleireira da região, ela também realiza outras funções, por isto o título “Marizete, mil e umas”, é dona de casa, cabelereira, manicure, depiladora, faz bolos e pão. Além disso, quando tem muito turista, faz diária nos hotéis como cozinheira. Por isso se torna contraditório, no primeiro momento Marizete dizer que não trabalha e se identificar como dona de casa, mas posterior a esse primeiro comentário tem-se a percepção que ela na verdade realiza diversos trabalhos e afazeres no Passo da Lontra.

Marizete nasceu em Dourados, interior do Mato Grosso do Sul, começou a trabalhar com 11 anos de idade como doméstica, sua mãe a levava e a buscava no trabalho. Se casou muito nova e foi para a capital do estado com 15 anos. Estudou até a quinta série, diz que era sua grande paixão, mas não conseguiu concluir pois teve que cuidar dos filhos e ser esposa. Ao conversar com Marizete, transmite-se a impressão de que ela é capaz de discorrer sobre qualquer tema, sejam eles atuais ou não, sempre acompanhada de uma oratória brilhante.

Marizete fala da redoma que envolveu sua trajetória desde criança, primeiro com sua mãe e os cuidados que a envolviam e posteriormente com seu primeiro marido:

Toda mulher que viveu em uma redoma, como eu, primeiro da minha mãe, porque eu trabalhava, mas o dinheiro era da minha mãe, ela decidia como gastar, [...] apesar do dinheiro ser meu, se minha mãe deixasse eu comprava. Eu não tinha autonomia sobre mim, quando casei, não saía na rua sozinha, aí passou a ser muito pior, o dinheiro não era meu, era do meu marido. Ele não me deixava trabalhar, quando você ainda trabalha fora você vai se fortalecendo (Marizete 03 de fevereiro de 2025).

Viver em uma redoma é ser colocada em proteção, mas através de uma forma excessiva, se estendendo para além da relação com mães e maridos, podendo ser também com patrões e patroas. Por exemplo, nos estudos de Jurema Brites (2000) ela investiga o trabalho doméstico e a relação que essas mulheres são colocadas diariamente, onde encontravam nesse trabalho particularidades que o tornavam vantajoso em relação a outras ocupações, como quando elas ganham presentinhos, as sobras do jantar e roupas velhas, na mesma medida em que

proporcionam o encontro de classes desiguais e escancara as desigualdades de acesso. Mas me parece uma forma ingênua em colocar a redoma como proteção, pois abre um caminho muito grande para o poder em controlar uma pessoa. Assim, Marizete se sentia controlada por essas pessoas:

A sua mãe briga e te bate para o seu bem, o marido já é diferente, ele te bate porque ele é agressor mesmo e você não sabe lidar com isso. Então passei por muitos anos, tive um casamento de 20 anos e eu não sabia viver porque sempre debaixo da proteção de alguém, apesar de ser ruim, tinha sempre alguém ali, aí quando finalmente decidi tomar atitude de sair daquela vida de sofrimento, eu me separei, eu fiquei assim e agora, como vai ser, porque eu era acostumada a sempre ter alguém falando “vai a direita, vai para esquerda, ali é certo, ali é errado” e ainda tinha meus filhos que eu tinha que proteger e prover, foi quando me senti um passarinho com a gaiola aberta sem saber voar mas eu tinha que ir, eu tinha que me defender e defender minhas filhas e filhos, como sua mãe eu passei por muita dificuldade até aprende a andar com minhas próprias pernas (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

Essas relações se transformam em abuso de autoridade transvestidas de afeto e amor, ou talvez nem cheguem nesses locais de afetos e sentimentos. Outro ponto importante é a saída dessa redoma, Marizete e Sossô tiveram a coragem de falar sobre isso e de conseguir sair dessa falsa proteção revestida de abuso, ambas se casaram novamente e dialogaram sobre a vida antes do Pantanal.

Quando fiquei sozinha e agora? O que vou fazer? Mesmo já sendo uma profissional... pois eu já era cabeleireira. Era agora um passarinho de asa quebrada sem saber voar, com uma responsabilidade enorme de ter que prover, orientar, proteger, tudo! Você ali é a raiz, a fortaleza, tinha que trabalhar, sustentar, educar, orientar, proteger de tudo e todos (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

Marizete se sentiu perdida quando conseguiu sair do relacionamento, com seus filhos e tendo a necessidade de cuidar e prover, dar educação, alimentação, carinho e auxílio. Esse cenário é absolutamente comum e perpassa a vida de diferentes mulheres e em diversas localidades. Dentro desta redoma e de tantos afazeres que a envolve enquanto mulher, Marizete fala das escolhas que fez ao decorrer de sua vida. Onde ela localiza os estudos com importância, mas diz não ter conseguido terminar, por escolhas que fez, como cuidar dos seus filhos “[...] fui para escola bem grande com quase 10 anos, sempre quis muito estudar, mas não tive acesso, estudei até o terceiro ano sem concluir”. Assim, ela relembra, o processo de gravidez de sua época, e a realidade atual de poder estudar mesmo com filho:

Hoje você pode vir estudar e trazer o seu bebê antigamente não, nem na sala de aula. Se você estava na faculdade você não podia nem ir grávida, hoje em dia tem muitas mães que estão na sala de aula, tava estudando e de repente entram em trabalho de parto, antigamente não. Tipo se a menina se viu grávida ela já virava um monstro para a sociedade, era até expulsa de casa, hoje em dia tem mais apoio e acolhimento. Graças a Deus as coisas estão evoluindo (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

Nesta fala, é possível identificar alguns pontos tanto da época que Marizete descreve como antigamente e trazendo ligação com a atualidade. Dentre estes pontos está a dificuldade que mulheres encontram com a gravidez e posteriormente com seus filhos, em destaque aos estudos que se torna um processo cansativo e recaem em um local de escolha, onde antigamente segundo Marizete a mulher tinha que priorizar os filhos e não os estudos.

Então, Marizete traz à tona seus recomeços após sair de um relacionamento, criar seus filhos, encontrar uma profissão e um novo parceiro. O Pantanal faz parte dessa tentativa de recomeçar quando a cidade não a satisfaz mais em âmbito de moradia e conforto, e em uma tentativa de visualizar a beira do rio como um local melhor para sua renda. O Pantanal a encanta e fascina, mas perpetua uma visão de desencanto:

Pantanal, natureza, vida simples tudo isso encanta, fascina, mas tem os prós e os contras. Os prós são isso natureza delícia, peixinho frito, só que aí tem o outro lado: clima, insetos, distância, a falta de recursos, enfim, realmente o outro lado da moeda, o que tem de belo tem muito mais de feio. Então assim, amo estar aqui, amo minha casinha, minhas coisinhas, mas quando saio da porta para fora... Isso porque estou aqui na vila que tem mais acesso, o mercadinho aqui do lado, vejo mais pessoas, agora imagina quem tá mais lá pra dentro. Então o Pantanal tem seus fascínios e desafios, tenho a dizer isso é fascinante e desafiador e muitas vezes as pessoas se rendem as dificuldades e desiste, não é igual aos nativos daqui que nem aquela que saiu daqui agorinha, ela é praticamente uma nativa, apesar de ela vir da cidade, mas ela já mora aqui a 18 anos, entendeu? (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

Morar no Pantanal é uma experiência que encanta e desafia ao mesmo tempo. A beleza da natureza, a tranquilidade, a vida simples e os momentos de paz são indescritíveis, mas é preciso estar preparado para lidar com o clima quente, os insetos, a distância dos recursos. Para quem vive mais perto da vila, como essa moradora, é possível ter um pouco mais de acesso às coisas básicas e conviver com mais pessoas, o que ajuda a amenizar a solidão, mesmo assim, são temas recorrentes para os moradores, em especial, as mulheres. No entanto, para quem está mais afastado, as dificuldades podem se tornar ainda maiores, podendo afetar a saúde mental, como no caso da nova moradora, Maria Isaura, que enfrentou uma crise de ansiedade.

Hoje em dia estamos quase iguais na cidade, trabalhando o mesmo tanto ou mais porque daí meu marido começou a mexer com obras aqui também aí a gente cozinha, pilota, faz obra, corto cabelo e de tudo um pouco, hoje em dia a mesma situação da cidade, mas longe da cidade, isso que me desencantou em viver aqui porque estou fazendo as mesmas coisas, mas sem o conforto da cidade. Te falo que hoje já cansei, gosto da minha casa, mas agora quero vender aqui e voltar para a cidade. Entendi que para eu vir ao Pantanal eu não preciso morar aqui, como se diz, eu aprendi a lição, porque quando eu vinha para cá antes eu me divertia a gente passeava, pescava e é tudo o que a gente não faz hoje porque só trabalhamos. Quero vir para cá passear e pescar. Isso não vai ser para agora, devo ficar mais uns 2 anos, até terminar de construir a casa (Marizete, 03 de fevereiro de 2025).

Ao longo do trabalho de campo os desencantos foram ficando evidentes nas falas das moradoras, por diferentes motivos, mas sempre enfatizando as dificuldades que sobressaem no Passo da Lontra, acompanhado do cansaço e desânimo de quem tanto vivenciou e ainda vivencia o Pantanal. As diferentes falas das moradoras e moradores respaldam estes registros antropológicos, onde potencializam impactos positivos e negativos do viver no Pantanal a partir das relações tecidas por eles.

A beira do rio e a conexão com a natureza continuam presentes, mas a rotina de trabalho intenso, a falta de conforto acaba pesando na vida de quem vive no Lontra. Marizete percebeu que o esforço diário e a ausência a faz repensar sua decisão de morar na vila. Fica ainda mais evidente este desencanto com o local, quando ela se identifica enquanto turista, e assim tem como plano voltar à cidade para retomar o ritmo que segundo ela seria mais confortável, deixando em evidência as marcas de um cenário sem assistência do básico para viver.

CAPÍTULO 3

3 “AQUI É TERRA DE NINGUÉM” RELOCALIZANDO O PASSO DA LONTRA E O VIVER Á BEIRA DO RIO MIRANDA

3.1 O desencantar-se com o Pantanal

Falar no Lontra, é falar também de turismo, principalmente quando se fala em território entendendo sua construção e permanência dos moradores no local, como exemplo é possível ver várias placas dos hotéis nas estradas próximo ao Passo da Lontra, conforme mostra a Figura 27:

Figura 27 – placas de identificações de hotéis e da BEP



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Dentre as placas indicando os hotéis é possível notar imagens de animais e estruturas que mostram o rio, tem cores vivas que se destacam, já a placa do meio indicando a Base de Estudos do Pantanal, das Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está esbranquiçada, quase não se enxerga a sinalização. As placas e identificações dos hotéis são importantes, pois precisam chamar atenção, tendo que ser a mais chamativa e pantaneira na visão dos turistas. Em alguns folhetos dos hotéis da região é colocado como um local para relaxar, sair do estresse da rotina e do cotidiano da cidade.

As atrações turísticas podem ser divididas entre a fauna, flora, e cultura pantaneira e são vendidas por diferentes nomes, podendo encontrá-las como experiências com pesca esportiva,

caminhadas ecológicas, safáris, focagem noturna, canoa canadense¹⁶, cavalgada e observação de aves. O produto turístico pantaneiro é elaborado para moldar o olhar do turista e criar anseios do que eles poderão ver e ter de experiência no local:

[...] para mostrar os melhores exemplares da fauna e da flora pantaneira, os monitores ambientais criam expectativas nos turistas dizendo: “Ontem a pintada passou”. “Essa noite ela esturrou, vocês não ouviram?”, “Hoje bem cedinho, antes de vocês acordarem, ela tava tomando água bem ali”. Ou ainda, constroem fatos para garantir satisfação ao cliente (Ribeiro, p. 179, 2014).

Em um cenário turístico em comunhão com a natureza, os efeitos das mudanças climáticas são mais perceptíveis e afetam o turismo na região, tanto que é possível perceber a baixa demanda de turistas, e com um olhar mais atento e uma conversa mais profunda os moradores e trabalhadores do turismo dizem que não está tendo turistas “porque não tem bicho”:

Vem turista ver onça e não consegue ver, afeta os turistas, eles avisam os outros e aí acabam procurando outros lugares. Antigamente isso aqui tinha uma população muito grande, tinha muito turista que vinha. Essas áreas de camping era tudo cheio quando vim para cá, era muita gente. Hoje o que fazemos aqui para trabalhar é só para sobreviver mesmo, quem aproveitou tem sua casa na cidade. Hoje é só para comer e sobreviver (Sossô, 05 de fevereiro de 2025).

Nas palavras de Sossô repercute as dificuldades que os trabalhadores do turismo vêm vivenciando. Falar no turismo pantaneiro sem animais, é pensar sobre o cenário de mudanças climáticas que impactam grandemente pois estão intrinsecamente ligadas a elementos básicos da vida no planeta, como o acesso a água, alimentação, saúde e meio ambiente, além da grande urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico (Grimm; Alcântara; Sampaio, 2018).

Neste cenário, uma das áreas afetadas pelas mudanças climáticas é o turismo. De acordo com o documento “Mudanças Climáticas e Turismo: responder aos desafios mundiais”, [...], as mudanças do clima afetarão os destinos turísticos, sua competitividade e sustentabilidade em quatro grandes áreas: Impactos climáticos diretos; Impactos indiretos das mudanças ambientais; impactos das políticas de mobilidade e da redução do Turismo; e Impactos indiretos das mudanças sociais (Brasil, 2008) (Grimm; Alcântara; Sampaio, p.4 2018).

Sendo assim, o turismo enquanto setor econômico e social, pode ser considerado

¹⁶ Passeio onde os turistas são conduzidos em canoas canadenses, embarcações abertas e estáveis, por rios e áreas alagadas do Pantanal.

altamente sensível às mudanças climáticas, isso se materializa nos períodos de queimadas do Pantanal, quando, a taxa de turistas cai e o viver pantaneiro se torna inóspito para animais e seres humanos:

Judou bastante da gente, foi muito ruim tanto para nós quanto para os animais, as crianças sofreram bastante por causa da fumaça, era muito seco. Tinha noite que você não conseguia dormir, então sofremos bastante. Aqui em casa a gente colocava toalha molhada, bacia dentro do quarto, tudo para amenizar (Sossô, 05 de fevereiro de 2025).

Com as mudanças climáticas as pessoas precisaram modificar o seu viver e se adaptar para amenizar a situação, em especial, por conta das queimadas que afetam toda a população pantaneira. Além disso, quando a diversidade da fauna, flora e clima se modificam no Pantanal, repercute no turismo de forma diferente, quando está com baixa demanda, reduz drasticamente a oferta de emprego e, conseqüentemente, a circulação de dinheiro. O mundo do trabalho no Lontra tem uma relação direta com o turismo, onde as mulheres exercem ofícios nos hotéis, barco-hotéis e na pilotagem de barcos, mas tem também as trabalhadoras indiretas como as comerciantes e as donas de casa que fazem *freelance*¹⁷, enfim, toda a vila sente as altas e baixas do turismo.

Então, para movimentar o mercado turístico, é preciso desenvolver uma visão atrativa pelo local. Por isso, falar em um Pantanal idílico é trazer uma descrição ideal, fantasiosa, maravilhosa, mas por vezes, longe da realidade:

A gravura produzida para ser comercializada pelo turismo, a despeito de não corresponder exatamente com o cotidiano, assemelha-se ao ideal imaginário do turista. Nesse caso, os operadores do turismo vendem a realidade turística construída, ou seja, o idílico, uma fantasia próxima do fato (Ribeiro, p. 181, 2014).

Sendo um cenário quase utópico e de dependência que movimenta esse mercado e a vida dos trabalhadores locais, falar que estão vivendo de diminuição da fauna é prejudicial para o turismo. Curioso notar, que essa visão longe da realidade também promove a ida dos trabalhadores para lá, a trajetória das mulheres traz à tona o Pantanal como local de recomeço, de trabalho e, nas atuais condições, de desalento.

As mulheres que parte para a região em busca de condições de vida melhor, o que nem

¹⁷ Freelancer é um profissional autônomo que trabalha de forma independente, sem vínculo empregatício fixo com uma única empresa. Ele presta serviços pontuais ou por projeto para diferentes clientes, sendo remunerado por hora ou pelo serviço entregue.

sempre quer dizer em uma vida mais rentável economicamente, independente do motivo, buscam um recomeçar, ou pela ideia fantasiosa da calma em viver no Pantanal. Assim, o trabalho que movimenta este cenário, faz com que muitas pessoas permaneçam entre idas e vindas na região, umas até mesmo constroem suas famílias ali. Em alguns casos, as mulheres precisam decidir entre criar os filhos com estudo e ir para a cidade ou ficar com o marido na região. Pensar nesse permanecer no Lontra tem tido como recorrência os moradores falarem que não está mais como antes, como exemplo dizerem que não dá mais para fazer um pé de meia no Pantanal, juntar dinheiro para comprar casa e carro, agora é apenas para comer e sobreviver, devido a redução do turista na região.

Por essa razão, a visão idílica é importante para esses trabalhadores porque essa engrenagem precisa continuar rodando, os turistas precisam se interessar e ir até o Pantanal, se querem onça e peixe, ou qualquer outra coisa, eles (os trabalhadores) vão entregar, ainda mais movidos pelos proprietários dessas engrenagens.

Desde o início a fauna e flora pantaneira deve ser olhada e sentida com cuidado, requer experiência de quem conhece e vive ali. Com o advento do turismo em terras pantaneiras exigiu novas formas de produção, como afirma a geógrafa Mara Aline Ribeiro (2014), um terço dos empresários do turismo em que ela entrevistou não tinha ligação direta com o Pantanal, são empreendedores brasileiros e/ou estrangeiros que viram na região um local de investimentos e lucros. O turismo, o latifúndio e principalmente o Pantanal exigem administrações específicas e atentas, o que é visto pelas mídias do turismo e suas propagações acontecem de formas diferentes no Passo da Lontra.

No Pantanal atual, estes empresários ainda persistem, mas por vezes se revestem de pantaneiros e ainda assim precisam lidar com as novas situações, agora não mais apenas das estações pantaneiras entre cheias e vazantes, mas da falta de peixe, a seca e as queimadas, ou seja, das próprias mudanças climáticas e seus efeitos. A região do Passo da Lontra é ocupada em meio a essa administração de renda turística e formação latifundiária, local esse reconhecido como terreno marginal ao rio a qual pertence aos bens da União definidos pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional:

O domínio do terreno onde está situado o Passo da Lontra, está sob domínio da União e são considerados bens públicos, o que pode gerar alguns conflitos e dificuldades de os moradores acessarem assistências básicas como a falta de energia, de assistência médica e educação precária, conforme diálogo entre a pesquisadora e a Sossô:

Pesquisadora: E quando falta luz aqui?

Sossô: aí é terrível! quem tem gerador tudo bem e quem não tem perde as coisas.

Pesquisadora: já chegou a perder alimento?

Sossô: sim, foi em 2013. Foi em uma época de enchente que caiu uma ponte, morreu muita vaca mais de trinta. Os fazendeiros deram pra gente quem quisesse, para carnear né, aí dois dias depois da carneada que todo mundo pegou a vaca, todo mundo perdeu tudo, tudo, tudo. Ficou cinco dias sem energia porque caiu poste por causa da enchente (05 de fevereiro de 2025).

Sossô relata que as quedas de energia atualmente não tendem a durar mais de um dia, mas de vez em quando ainda ocorrem, porém não chegam a perder alimentos pois recorrem para quem tem gerador. Dentre essas faltas, uma das frases mais recorrentes ditas pelas mulheres sobre o Passo da Lontra, foi: aqui é terra de ninguém. Escancarou algumas noções de desencantamento ao longo das conversas e observações em que precisam lidar com um Pantanal da seca e sem peixe no rio, entre o turismo, a pecuária e as terras da União que margeiam o rio Miranda, onde as residências estão instaladas em condições de precariedade e realçam o desencantamento nas falas das mulheres no Lontra, pautado em cima das faltas e ausências que não cessam.

Sossô enquanto liderança e representante do Lontra, participa ativamente das reuniões e pautas que pairam ali. Dentre suas tentativas de melhorar as condições de vida local, está a construção de um poço artesiano, ela relata que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA começou estudos para tal feito, mas segundo ela “desanimaram”, após ver pouco interesse da população. A descontinuidade do projeto pode estar relacionada a outros fatores, como, por exemplo, o corte de recursos, o desânimo não justifica a interrupção de um projeto vinculado à uma empresa pública. Falar sobre água potável em uma vila na beira do rio, se torna abrupto e cômico, pois é algo que é visto diariamente, mas não em condições de uso para se hidratar, cozinhar e tomar banho.

Muitos ficam com diarreia, mas nunca falam que é a água. Às vezes a água do rio tá muito suja, principalmente quando começa a encher o rio é muita poluição. A água lá de cima já vem que nem um chocolate, aí você vai cozinhar não tem condições, é bem complicado. Aqui em casa antes de eu pegar água com dona Lúcia para cozinhar, para lavar roupa, porque a água dela é de poço artesiano. A gente tratava a água, por isso tenho essas duas caixas (Sossô, 2025).

A água que vem do rio precisa de tratamento adequado para ser ingeridas e usadas no cotidiano. A água do rio Miranda, que deságua no rio Paraguai é classificada como água doce, a premissa de necessitar de tratamento adequado requer por diversos fatores como a falta de

mata ciliar, presença de substâncias químicas e baixa oxigenação da água. Então, os moradores compram água de um caminhão que vem de Corumbá a cada quinze dias. Sendo assim, para consumir água potável requer deslocamentos para a cidade e comprar ou adquirir de quem vai até a vila para vender.

A produção do desencanto pode ser lida como o rompimento de vínculos afetivos com lugares, práticas ou modos de vida. De uma forma literária, o desencantar-se é perder o feitiço, quando a poesia da vida racha, o cotidiano ganha tons de cinza e a realidade se impõe com seu peso. Seu desencantamento está para além das faltas que existem no Lontra, está nas diversas tentativas que fez para sanar essas faltas, principalmente nas inúmeras tentativas de mudança e feitorias que não repercutem.

3.2 Os deslocamentos que elas fazem e refazem

Deslocar-se do Passo da Lontra até cidades próximas ou até a capital do Mato Grosso do Sul é um dos fatores que chamam a atenção, pois aparece nas falas das moradoras. O deslocamento delas, pode não acontecer diariamente, mas em momentos de urgência como, por exemplo, a necessidade de atendimento à saúde. Como foi o caso de Maria Clara, em sua segunda gestação, realizou atendimento de pré-natal¹⁸ na cidade de Aquidauana, ela se deslocava até lá uma vez ao mês durante todos os nove meses da gravidez e quando estava nas semanas finais da gestação, ela viajou até a cidade para aguardar o início do trabalho de parto. Maria Clara carrega em seu colo sua bebê recém-nascida conforme mostra a figura 28, e eu carregava em meu colo Maya Maria, uma bebê de 9 meses. Cenário ideal para falar sobre maternidade e foi o que fizemos, ela conta feliz em ter conseguido parir mais um filho, enquanto o seu mais velho está com três anos.

¹⁸ O pré-natal é uma assistência na área da enfermagem e da medicina prestada às gestantes durante os nove meses de gravidez, visando melhorar e evitar problemas para a mãe e a criança nesse período e no momento do parto. Esta assistência é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

Figura 28 – Maria Clara e sua filha



Fonte: Bogarim, B (2025).

Segundo Maria Clara, nem sempre foi fácil conseguir ir até a cidade para realizar as consultas de pré-natal. Ela relata que em uma de suas consultas não tinha como ela ir, pois estavam sem carro para tal deslocamento, foi então que ela decidiu ir para a estrada pedir carona com seu filho, e mesmo com tamanha dificuldade, Maria Clara diz com orgulho que conseguiu chegar à cidade para ser atendida pelo médico.

A ausência de atendimento médico contínuo e humanizado, somada à distância de hospitais e postos de saúde, agrava situações simples que poderiam ser tratadas precocemente, transformando o cuidado com o corpo em uma constante espera ou improviso. Para as mulheres, isso é ainda mais sensível: às demandas específicas do corpo feminino como saúde reprodutiva, gestação, menopausa, prevenção de doenças são frequentemente ignoradas. Quando a saúde não chega, a vida se torna uma sequência de resistências silenciosas. O corpo, sem cuidado, vira território de abandono.

A falta de acesso à saúde e à educação de qualidade, figura como um dos principais motores do desencanto vivido pelas mulheres no Passo da Lontra, materializado no corpo, no tempo e nas opções de escolhas limitadas dessas mulheres, que se veem constantemente negligenciadas por políticas públicas que não as enxergam como prioridade:

É médico que não tem, é escola que não tem. Enfim, tem um lado gostoso que, bom fosse só pescar. Que nem, o nosso vizinho morreu por falta de socorro porque ele morreu no caminho, mas infelizmente acredito que na hora que passou mal, se fosse mais perto teria como resolver, mas não deu tempo. São coisas assim que assustam a gente, tem coisas que faz a gente rever o ser pantaneiro, né? (Marizete, 04 de fevereiro de 2025).

O deslocamento tem custos com transporte, combustível, alimentação e hospedagem, sendo que nem todos têm a mesma condição. A comunidade, periodicamente, contava com atendimento médico odontológico realizado por docentes e discentes da área de saúde da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS na Base de Estudos do Pantanal – BEP/UFMS, localizada a aproximadamente 2,5 quilômetros da vila. Agora, a realidade é outra, as pessoas ficaram desamparadas diante das necessidades de cuidados básicos de saúde desde o período pandêmico, quando os recursos orçamentários da UFMS diminuíram e os projetos de alto custo receberam cortes de verbas, impedindo o deslocamento das equipes de saúde para o Pantanal.

O Programa Social Povo das Águas, serviço coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania em parceria com a Marinha do Brasil, preza pela disponibilização de todas as vacinas do calendário vacinal para comunidades ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense. Mas ainda assim, alguns cenários devem ser analisados de forma crítica, como é o caso da dificuldade em conseguir pré-natal para gestantes ribeirinhas e acompanhamento nutricional dos bebês e crianças.

A educação é outro direito fundamental invisibilizado no Pantanal, porque a escola de Ensino Fundamental, que atende as crianças e adolescentes do Passo da Lontra antes instalada na BEP, agora funciona em um prédio cedido pela Polícia Militar Ambiental – PMA, como discutido no capítulo I. Em conversas informais os relatos são de que houve o desestímulo de permanecer na escola. Para as mulheres, isso significa crescer e permanecer em um ciclo em que o conhecimento escolarizado não emancipa, apenas repete o distanciamento. O saber formal, quando não acessível ou sensível à realidade, deixa de ser instrumento de futuro e se torna mais uma fonte de frustração.

Juntas, as ausências de cuidado com o corpo e com a mente constroem uma vida de limitações estruturais, em que o tempo não oferece grandes promessas. O desencanto nasce quando o presente pesa, o passado é esquecido e o futuro parece inalcançável, ainda assim, permanecer não é apenas resistência, mas também um gesto de denúncia, uma afirmação de que o cuidado e a dignidade não deveriam ser exceções.

3.3 Um rural para lá de urbano

O Passo da Lontra enquanto local de morada, não pode ser apenas englobado como uma comunidade ribeirinha pois o viver na região desperta uma série de contradições em relação e em especial, ao viver urbano. A partir da análise de comunidade, se identifica a construção de

identidades sociais, de projetos comuns e da manifestação da diversidade, sendo um espaço de solidificação das relações sociais e modos de vida específicos, por meio da gestão dos recursos locais.

Marcelo Oliveira (2017), em sua pesquisa intitulada “estrada parque-Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial”, identifica o Passo da Lontra como uma comunidade tradicional. As comunidades que perpassam a Estrada Parque Pantanal, Passo da Lontra e Porto da Manga, são analisadas através do limiar tradicional, caracterizam a ligação com o território através dos simbolismos, mitos, regras e valores pelo conhecimento dos recursos naturais, construído por gerações.

Segundo Oliveira (2017), o cotidiano vivido pelas duas comunidades, sob o regime das águas, a convivência com o meio pantaneiro (animais e plantas), permitiu a construção destes simbolismos que agregam regras, valores e saberes, assim como a forma de viver e sobreviver nesse meio. Para ele, traduz-se em um modo de vida único. Tais simbolismos e saberes lhes são úteis para se obter soluções individuais e coletivas adequadas a cada situação apresentada. Portanto, “servem como a forma mais ajustada de garantir a sustentabilidade local dessas comunidades” (Oliveira, 2017, p. 52).

O rio Miranda exerce um papel fundamental no Passo da Lontra, pois está referenciado diretamente com a natureza em uma relação de dependência econômica, alimentar e de sobrevivência pelas águas, e de grande importância para o turismo da região. O rio e as relações tecidas no Lontra não podem ser analisados apenas pelo limiar tradicional, pois não existe um modo de vida único no local. Então, de certa forma, a compreensão de Oliveira esvaece e dispersa uma série de contradições que os moradores vivenciam.

Entende-se historicamente que por décadas, a coletividade pantaneira existe e como exemplo tem-se o uso de medicamentos caseiros, mas na atualidade é utilizado em pequena escala, principalmente entre os moradores das fazendas de difícil acesso:

Nas últimas décadas as farmácias e drogarias proliferaram nas cidades e expandiram o alcance para o campo. Nos vilarejos pantaneiros, as mercearias e os postos de combustível vendem medicamentos não controlados. Assim, a mercantilização da vida urbana se estende ao campo (Ribeiro, 2014, p. 78).

Ribeiro (2014) dialoga que essa mercantilização tem como unanimidade as informações recebidas pela televisão, internet e pelos turistas, “em parte, pode ser atribuída ao processo de urbanização do campo e a chegada de indivíduos com diferentes formações no Pantanal” (pág.76). Quando se traz o urbano para o rural, ou vice e versa, abre-se um leque de conceitos

densos como cidade e campo com embasamentos históricos e contextualizações geográficas para cada nomeação. O que aproxima o urbano e o rural no Passo da Lontra está na hibridez deste local, no qual eles se entrelaçam.

Recorrer para compreender a complementaridade com o urbano no Passo da Lontra através do comportamento dos moradores pode camuflar e escancarar ações que esta pesquisa não desenvolve como objetivo, mas é pertinente perpassá-las:

A distinção cidade-campo, rural-urbano tem sido considerada a partir de uma dicotomização pautada no espaço como absoluto, com critérios baseados, sobretudo, na malha político administrativa, no caso brasileiro. A dicotomia apontada acaba por superenfatizar (e, portanto, estereotipar) as diferenças entre rural e urbano, ao mesmo tempo em que camufla a diversidade presente nos espaços rurais, ao subenfatizá-la – ofuscando a multiplicidade dos lugares e dos sujeitos rurais (Rua, 2020, p. 206).

A complementaridade entre o rural e o urbano é identificada Além de alguns moradores não se sentirem pertencentes a região e se autodenominam como *pessoas de cidade* em um cenário de comunhão com a produção do capital, observada na prateleira da mercearia da vila que tem os mesmos itens de uma mercearia na cidade, como variedade de embutidos, bebidas, guloseimas, cigarros, produtos alimentícios, de limpeza, dentre outros e, guardadas as especificidades do lugar, é possível adquirir kits para pesca. A forma de pagamento mais usual em qualquer comércio local é via cartão de crédito e pix.

Figura 29 – marmitaria Casa Verde



Fonte: Bogarim, B. (2025).

A conjuntura econômica, as mudanças sociais e territoriais do trabalho designam o rural pantaneiro a se tornar complementar do urbano. A partir dessa ideia de traços rurais no urbano, está o Passo da Lontra ao contrário, com traços urbanos no rural, sendo um rural pra lá de urbano. A cidade tem uma relação de constância com o Passo da Lontra, pois qualquer emergência, falta ou ausência tem se a necessidade de se deslocar até lá:

Na cidade tem acesso a praticamente tudo, médico, farmácia, mercado. aqui é diferente, você tem que reaprender a viver aqui. Independente com ou sem turistas, as dificuldades são permanentes, são coisas que não vão mudar, não tem como mudar. O turista facilita o trabalho para a gente, é mais fácil trabalhar aqui por ser tudo mais perto, ganha um pouco melhor, o trabalho é mais fácil aqui, porém a vida é mais difícil. Então, independentemente de ter ou não turista são coisas que não vão mudar, não vai mudar escola, o médico, a falta de farmácia, enfim de qualquer outra coisa. Essas são as coisas permanentes. Então aquela ideia de romantizar o pantanal é uma ideia só porque a real é outra (Marizete, 2025).

O comportamento dos moradores do Lontra fica mais híbridos justamente por causa da dinâmica do turismo que movimenta a vila e incorpora inúmeras marcas ao local, e assim seguem para atendê-los e consequentemente sobreviver na engrenagem do mercado que envolve oferta de serviços e produtos pelos trabalhadores e moradores. No imaginário idílico de que ir ao

Pantanal é esbarrar constantemente com um peão vestindo as roupas tradicionais e com uma mulher trajando veste simples, como as retratadas na novela Pantanal, surgem várias possibilidades. Às vezes, o homem pode estar de tênis ou chinelo, camiseta neutra ou de time. Já a mulher pode vestir roupas simples, mas também usar extensões de unha e minissaia, entre outras opções.

Tradição e modernidade convivem nos espaços urbanos e rurais. Por isso quem mora ali não se sente pertencente apenas à ideia do rural e da tradição pantaneira, tendo, assim, um rural entrelaçado pelo urbano.

CAPÍTULO 4

4 PERMANECER ENTRE O TRABALHO E O CUIDAR DE SI

4.1 Travessias que interligam o doméstico e o cuidado

As travessias de vida de Sossô e Marizete recaem em um trabalho muito conhecido e que está presente no cotidiano, em especial, desempenhado por mulheres, o trabalho doméstico. Desde suas infâncias, por necessidade, elas encontram no trabalho doméstico uma forma de remuneração e assim vão persistindo ao longo de suas vidas. Mas urge a necessidade de entender o que são esses trabalhos domésticos que aparecem desde suas infâncias e se estendem até o cenário pantaneiro.

Nos relatos de mulheres pantaneiras da década de 20 a 40 através dos estudos de Belkisse Corrêa Gomes (1997), vamos localizá-las dentro das noções de trabalho doméstico e suas atividades. A pesquisa de Gomes (1997), identifica as mulheres no contexto do Pantanal da Nhecolândia, onde elas se casavam ainda adolescentes e já iam para as funções de cuidar do “lar” cozinhando, passando, costurando e dando à luz aos seus filhos. Segundo ela, “essas mulheres acompanhavam seus maridos, pois saíam do poder do pai, para o poder do marido” (Corrêa, 1997, p. 51). E assim, eram caracterizadas muitas das vezes como tímidas, além de passarem despercebidas por quase não saírem de casa.

Então, é muito comum nos relatos dessas mulheres a participação nos trabalhos de casa desde crianças. O que torna especial pensar nessas mulheres é que elas precisam se realocar a alguns cenários, por exemplo quando seus maridos saíam em comitivas ou se ausentavam dos trabalhos na lida, elas que se tornam protagonistas:

Neste contexto, até pela sobrevivência, a mulher fazia alguns serviços considerados pela sociedade como masculino, como por exemplo, tirar leite de vaca de madrugada, quando então ela vestia a roupa do homem, que era para a vaca não estranhar, além de muitas vezes servir como auxiliar do marido, porque para se mexer como gado baguá se necessita de mais de uma pessoa, no mínimo (Gomes, 1997, p. 52).

No relato das mulheres através de suas memórias de um Pantanal na década de 20 a 40, as mulheres tomam a posição dos homens, sendo preciso ter firmeza e jogo de cintura, muitas delas nasceram, cresceram, casaram-se e moram no Pantanal, quando saíam era para estudar (por pouco tempo), casar-se ou quando adoeciam. Segundo Paulo Lucca (2019), ao analisar o

contexto de fazendeiras no Pantanal, identifica o que chama de masculinidades femininas. O estudo sobre fazendeiras apresenta as performances masculinas que marcam as mulheres pantaneiras, sobretudo no processo de gestão das fazendas. Então, este cenário formado majoritariamente por homens, quando ditado pelas mulheres, junta valores sociais muito marcantes entre o feminino e masculino. As mulheres são colocadas diariamente em resistências impostas pela hierarquização sexual neste ambiente de donas de terras, tal qual os homens, elas desempenham força, destreza e liderança, mas são colocadas em dúvida.

O desenvolvimento de masculinidades femininas acontece há décadas no Pantanal, onde as atividades das mulheres variavam de acordo com o trabalho do marido, mas todas trabalhavam desde crianças, pois era uma exigência auxiliar de alguma forma seus pais. Então, se o marido fosse peão da fazenda, esta mulher iria para trabalhos domésticos mais pesados. Se o marido trabalhasse em uma hierarquia mais elevada, a mulher talvez cuidasse dos filhos do patrão, sempre seguindo o trabalho em decorrência da posição de seu marido. Desde o período que Gomes (1997) analisa, as mulheres já contribuem para a subsistência de suas famílias, mas passava despercebida, eram invisibilizadas na própria língua e forma como eram identificadas. Como aponta nos estudos de Ribeiro (2018), esses trabalhos eram tidos apenas como “ajudas” e com o passar do incremento do turismo na região, estas ajudas foram se tornando mais reconhecidas como o que de fato é, trabalho.

Na década de 20 a 40, elas relataram que tomavam banho, lavavam suas roupas e louça na baía, além de que pegavam água para beber entre os aguapés. Recebiam as notícias apenas quando iam e voltavam da cidade, e discorrem como tudo era feito no Pantanal, desde a iluminação, o sabão que lavava as roupas e os fornos de cupim.

O Pantanal, assim como os afazeres e suas nomeações, traz novos rumos, agora muitos dos mantimentos vem da cidade, então nem tudo é produzido na região. Nos estudos de Pollianna Thomé (2008), ela traz a realidade de trabalhadoras do turismo no Pantanal, realizando serviços essenciais como alimentação, limpeza e arrumação dos quartos. O contexto é na região do Rio Negro onde o turismo é visto dentro da transformação de uma fazenda de pecuária para uma pousada, exigindo mudanças no sistema gerencial. Como exemplo, os peões da antiga fazenda, se tornam guia de turismo. Aos proprietários, agora devem adaptar-se a um novo ramo da economia, as empresas pantaneiras precisam oferecer desde a hospedagem, alimentação, transporte e passeios. Já os trabalhos das mulheres não modificam tanto, pois o conteúdo continua como os que elas realizavam em suas casas, a mudança se estrutura no ritmo que é dado a execução dessas tarefas.

Sendo assim, a rotina de trabalho das mulheres não se alterou, elas ainda mantêm suas

demandas em torno de atividades domésticas como lavar, cozinhar e limpar, podendo atuar também como guias de turismo, guia de pesca, piloteiras, entre outras (Ribeiro; Moretti, 2014). O turismo agora como parte do cotidiano faz com que as mulheres se desdobrem entre as atividades laborais dos cuidados com a casa e o trabalho nas pousadas, este último tendo como diferencial o cumprimento de regras, obrigações e horários, além de receber pequena remuneração.

Os trabalhos realizados no Pantanal podem variar entre as regiões e, ao dar luzes a esses afazeres no Passo da Lontra, a primeira medida é compreender que a vila se mantém em torno do turismo, tanto que as pousadas e os campings no entorno do vilarejo foram construídos com fim específico para hotelaria. Essa é uma característica que diferencia afazeres e trabalho no Pantanal, mas ainda assim, têm as fazendas que adaptaram a infraestrutura para receberem turistas. Então, é possível traçar o trabalho realizado pelas mulheres no Lontra dentro de três formas: o não remunerado, o remunerado formal e o informal. Conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – conceituando: trabalho doméstico no Passo da Lontra (Corumbá, MS)

Formas de trabalho doméstico	Designações	Funções
trabalho doméstico não remunerado;	Dona de casa, do lar;	Cozinhar, limpar, cuidar das pessoas, cuidar da plantação;
Trabalho doméstico remunerado formal	Trabalhadora	Cozinheira, camareira, serviços gerais
Trabalho doméstico remunerado informal	Diarista	Cozinheira, camareira, serviços gerais

Fonte: Bogarim, B. (2024).

Dentro dessas variâncias do trabalho doméstico, as normas de trabalho são ditas a partir do patrão, caso a pousada receba um novo grupo de turista em horário não convencional, a empregada precisa se adequar e trabalhar, independentemente de ser remunerada pelo serviço extra, essa condição de trabalho é irregular, caracterizando como precarização do trabalho. Nesse ambiente de contrastes e contradições nas relações entre empregadas e patroas, a hierarquia perpassa os “combinados” (Bogarim; Ortega, 2024). Muitas vezes, mesmo sem remuneração a trabalhadora realiza seus afazeres por medo da perda do emprego, em uma condição de subjugada porque não quer correr esse risco, reproduz o trabalho doméstico realizado em suas casas, onde a mulher está sempre a disposição dos afazeres cotidianos, independente da hora, disponibilidade ou do querer.

Nas pousadas pantaneiras localizadas próximo ao Passo da Lontra, o trabalho doméstico é moldado e adquire formas e dimensões a partir de como é estabelecida essa função,

imprimindo também uma vertente sazonal, considerando os períodos de suspensão da pesca, denominado piracema (Ribeiro; Vargas; Araújo, 2011). As mulheres que atuam nesse sistema são consideradas trabalhadoras sazonais, elas permanecem nas comunidades no período de abertura da pesca, que é quando as pousadas recebem maior número de hóspedes e precisam aumentar o contingente de empregadas para atender a demanda, sendo remuneradas no sistema de diárias.

Ao término da temporada de pesca as pousadas, que atendem quase exclusivamente ao turismo de pesca, dispensam as trabalhadoras. Sem remuneração, elas têm a opção de se manterem na comunidade de origem fazendo pequenos “bicos” para ter uma renda complementar ou seguem para cidades do entorno do Pantanal, como, Aquidauana, Miranda e Corumbá para trabalharem como empregadas doméstica mensalista ou diaristas, sempre em atividades de baixo rendimento e em constante estado de vulnerabilidade social.

Os desafios enfrentados pelas mulheres pantaneiras também dependem do meio em que estão inseridas. Os efeitos das mudanças climáticas, o período de estiagem prolongada e de queimadas interferem em suas relações econômicas, sociais e de saúde. A dupla jornada de trabalho e a invisibilidade de suas contribuições laborais, afetam a qualidade de vida e o bem-estar, que por vezes são esquecidos quando o ritmo de vida ditado pelo mundo globalizado, leva a fadiga extrema e a mulher é impedida de “se ver” diante do estresse, da angústia e da ansiedade.

A relação entre o trabalho doméstico e o sentimento de inferioridade marca a vida das mulheres, resultando no modo em que se entendem, ou melhor, se desentendem como trabalhadoras. O trabalho doméstico é considerado reprodutivo, pois reproduz diariamente tarefas fundamentais para a manutenção da vida, como o preparo de alimentos, a limpeza e manutenção da casa, acompanhamento dos estudos e cuidados com as crianças, atenção com as pessoas idosas e doentes que compartilham a moradia. O trabalho produtivo tem valor de troca no capitalismo, que resulta em bens e são compensados na forma de um salário. Segundo Silvia Federici (2019), o sistema capitalista depende do trabalho não remunerado (doméstico) das mulheres para acumular, mantendo uma relação de dependência entre ambos, em outros termos, o trabalho doméstico em suas diferentes funções intervém para preparar os bens que outros trabalhadores consomem.

O conceito de doméstico se estende ao turismo desta forma, o que a princípio estaria ligada ao lar, a família, agora parte das necessidades dos turistas e pedidos de patrões e patroas.

4.2 Trabalho e sazonalidade no turismo

O turismo e o trabalho no Pantanal surgem a partir de um reordenamento territorial e econômico, a implantação da infraestrutura do turismo na região parte da perspectiva do turismo de pesca, surgindo em meio a falta de planejamento e improviso, tanto de empresários da área quanto da administração pública (Banducci Jr, 2002). Algumas fazendas antes especializadas em pecuária de corte se moldam no cenário turístico e se tornam hotéis, surgindo hotéis-pesqueiros, barcos-hotéis e campings em meio ao cenário pantaneiro. É a partir da década de 1980 que o Pantanal e o turismo se interligam (Banducci Jr, 2002; Ribeiro, 2015), tendo como marco para esse processo dois pilares, o processo de urbanização e o surgimento de novas atividades e afazeres.

O primeiro pilar é o processo de urbanização intenso, durante este período coincide com a chegada do turismo no Pantanal, pois existia forte desenvolvimento agrícola por meio da política do Estado e então privilegiou os empreendimentos de pequenos proprietários de terras, provocando concentração territorial e mecanização das lavouras (Banducci Jr, 2002). Este desenvolvimento resultou em migrações do campo para a cidade, mas nesse dinamismo de crescente urbanização acelerada dos municípios pantaneiros, os postos de trabalhos eram escassos e insuficientes para a demanda de trabalhadores:

Desse modo, o turismo surge num momento de crise da economia regional e logo se transforma em foco de atração para os trabalhadores que não encontram nas cidades pantaneiras a oportunidade que necessitavam para vender a sua força de trabalho. No momento em que consolida sua vocação econômica na região, o turismo começa a provocar um movimento inverso àquele iniciado na década de 1970, ou seja, a mão-de-obra passa a se deslocar da cidade para o campo, não mais com destino às áreas de plantio ou pecuária, porém em busca dos empregos sazonais oferecidos nas comunidades ribeirinhas que surgem em decorrência do fluxo turístico (Banducci Jr, 2002, pp. 34-35).

O segundo marco é o surgimento de novas atividades e afazeres “o então trabalhador da pecuária de corte precisou ser distribuído e/ou realocado para atender, também, ao turismo” (Ribeiro, 2018, p. 156). Essa mudança de função com a presença do turismo, não necessariamente apresentou um aumento salarial, desencadeou em ampliação do expediente, mas reverberada como ascensão profissional. Ribeiro (2018), identifica duas categorias de trabalhadores do turismo, a primeira são pessoas envolvidas diretamente com esse trabalho, camareiras, cozinheiras, pilotos, garçons, isqueiros e monitores ambientais. A segunda categoria são as pessoas que trabalham indiretamente com o turismo, cuidadores de crianças e

pessoas idosas, eletricitas, pedreiros, marceneiros, mecânicos, lavadeiras e outros serviços.

Os trabalhos no Passo da Lontra persistem entre uma linha formal onde os funcionários são registrados, mas também do informal principalmente feito através de diárias nos hotéis. As remunerações das diárias perpassam em média de R\$50,00 a R\$80,00 dependendo do período da pesca. Sossô, já trabalhou diretamente com o turismo, nos hotéis e indiretamente, em sua própria casa lavando e costurando roupas, qualificou o trabalho realizado na cozinha como o mais difícil e conseqüentemente mal remunerado:

A cozinha que é o setor de serviço que você é a primeira a levantar e a última a deitar né, então é a primeira que entra e a última a sair. No meu caso eu levantava três horas da manhã, hoje não é mais assim, mas antes era. Tem pescador que não gosta de vir almoçar aí tinha que preparar marmita, tinha que dar a refeição dele para levar e eu nunca gostei de dar comida requentada para eles então fazia sempre na hora, entrava três da manhã e ia embora onze da noite. Aqui no seu Luiz era porque além de cozinheira eu cuidava do estoque da câmara fria, cuidava das verduras, das frutas, tudo era eu (Sossô, 05 de fevereiro de 2025).

O salário de uma cozinheira no Lontra é de aproximadamente R\$1.800,00 por mês, segundo a fala de interlocutoras, em termos de comparação o salário-mínimo no ano de 2025 é de R\$ 1.518,00. Além de ser a primeira e última pessoa a sair do trabalho, cuida de todos os detalhes desde gerenciar os alimentos, cozinhar, limpar e organizar, muita das vezes não recebe por este trabalho realizado com hora e funções extras. Então, mesmo que existam trabalhos formais, um grande binômio do turismo é a informalidade, justamente pela demanda de mão de obra ser temporária, porque quando a pesca está fechada muitos trabalhadores retornam para as cidades. Por isso, Marizete diz repetidamente: “É igual eu te falei, aqui é um entreposto de serviço, hoje é um, amanhã é outro, não para” (Marizete).

De fato, todas as vezes que fui a campo, algumas pessoas não estavam mais no Lontra, às vezes um comércio estava funcionando e em outros momentos não, ou até mesmo ter mudado de dono e funcionalidade, são diversas as possibilidades da sazonalidade do turismo. Na última ida ao Passo da Lontra, tentei me hospedar no hotel com camping, onde eu precisaria dormir e me alimentar, entrei em contato com o local, mas me informaram que por hora estavam sem cozinheira então não poderiam oferecer este serviço.

Não resta dúvida que o turismo está relacionado às mobilidades temporárias, e que ocorre turistificação em muitos lugares onde se assiste ao desenvolvimento da mobilidade turística que implica em fluxos humanos, culturais, técnicos e financeiros. O turismo não se limita aos deslocamentos, pois os fluxos turísticos evidenciam transformações espaciais e no

comportamento das sociedades (Coriolano; Fernandes, 2012, pp. 6-7).

Tratar sobre a mobilidade do turismo, muitas das vezes, é elencada a partir dos próprios turistas, mas proponho esse olhar para a mobilidade dos trabalhadores, que aceitam esses cargos por diferentes motivações, sendo a principal a necessidade de um emprego. A alta temporada no Pantanal Sul é de junho a outubro no período de estiagem, possibilitando maior visibilidade da fauna, nessa época do ano o Passo da Lontra está com maior movimento de turistas e trabalhadores do turismo, intensificando, também, a informalidade do trabalho no turismo.

No turismo, o setor informal tem, em princípio, os mesmos pressupostos e não se dissocia do contexto citado. Sua existência, no entanto, pode ser descrita a partir de considerações complementares, que ilustram melhor seu desencadeamento: 1. ampliação dos empregos temporários e fixos desregulamentados (informais), como forma de compensação das empresas pelas perdas sazonais; 2. crescimento efetivo da entrada de mão-de-obra desqualificada, na forma de empresas ou trabalho desregulamentado, proveniente de outros segmentos econômicos marginalizados, devido sobretudo à “monocultura turística”,¹¹ e 3. falta de políticas públicas para o planejamento da atividade (formação de mão-de-obra, apoio à inserção da comunidade nos negócios turísticos – absorção produtiva –, entre outros) (Soares, 2005, p. 92).

Dessa forma, a informalidade no turismo possui alta concentração de mão de obra que repercute em diferentes núcleos como os responsáveis pelos setores de transporte e distribuição de produtos e serviços. O ponto negativo da informalidade está na perda progressiva para esses trabalhadores, elencando insegurança, marginalização social e afastamento dos aparatos de apoio oferecidos aos trabalhadores. Então tratar de informalidade no turismo é enfrentar a sua dualidade entre necessidade e marginalização na busca pela sobrevivência.

O turismo e a oferta dependem essencialmente da mão de obra e do consumo turístico, motivados pela geração de empregos e renda. A sazonalidade, movimenta e traz um fluxo contínuo de pessoas ao Lontra, mas também faz com que as pessoas que iam apenas para trabalhar, conheça o local e em algumas situações, se interessem em estabelecer moradia ali. Motivadas, principalmente, pelas condições de trabalho que surgem, como, por exemplo Sossô e Marizete. Sossô foi até o Lontra para trabalhar na rede de hotelaria, um trabalho que poderia ser sazonal, mas acaba criando laços com a região e decide ficar.

Portanto, a complexa relação entre turismo e trabalho no Pantanal revela um campo dinâmico, marcado pela sazonalidade, pela informalidade predominante e por um reordenamento das estruturas sociais e econômicas locais. A migração de trabalhadores do campo para a cidade, e subsequentemente da cidade para o campo em busca de oportunidades

no setor turístico, evidencia a capacidade do turismo de remodelar fluxos populacionais e laborais.

Contudo, essa reconfiguração não se traduz necessariamente em melhores condições para todos, porque a informalidade, embora ofereça uma porta de entrada para o mercado de trabalho, acarreta a precarização das condições laborais, a ausência de direitos e a perda progressiva da cidadania para muitos, especialmente mulheres que, muitas vezes, são categorizadas como "ajudantes" em vez de trabalhadoras remuneradas. A percepção de que o Pantanal está "ferido", conforme compreensão da interlocutora, e que o trabalho atual serve apenas para "sobreviver" ressalta a necessidade urgente de políticas públicas que promovam um turismo mais equitativo e sustentável, garantindo a dignidade e os direitos dos trabalhadores locais.

4.3 O cotidiano na ribeira do Rio Miranda

O universo das mulheres que viviam no Pantanal da Nhecolândia, na década de 20 a 40, é retratado nas palavras de Belkisse Gomes (1997), que procurou desvelar o papel da mulher pantaneira dando voz a elas através de uma análise de seus discursos do viver no Pantanal. Nos relatos da época, as mulheres falam que tudo era feito ali, da iluminação ao sabão. As mulheres dos patrões até as mulheres dos peões, trabalhavam na sede das fazendas. O trabalho sempre esteve presente no cotidiano de mães e filhas, as crianças ajudavam nos afazeres de casa e as meninas mais velhas ajudavam o pai sendo curraleira¹⁹ dele.

As atividades da mulher pantaneira variavam de acordo com o trabalho do marido, mas todas trabalhavam desde pequenas. As crianças só brincavam até mais ou menos seis anos, suponho, assim mesmo era cuidando dos menores e auxiliando de alguma forma os pais (Belkisse, 1997, p. 86).

Diante das adversidades que as mulheres passavam, elas podiam assumir posições como a do homem, e realizar os mesmos afazeres, ordenhando as vacas e tendo as lidas do campo como obrigação. A posição do homem tomado pela mulher está expressa quando “ela vestia a roupa do homem, que era para a vaca não estranhar, além de muitas vezes servir como auxiliar do marido” (Belkisse, 1997, p. 52). A conduta feminina neste cenário, está pontuado a partir da timidez, onde a mulher transfere o protagonismo ao homem, peão, patrão, guia de turismo ou

¹⁹ Curraleira é a pessoa que trabalha cuidando de currais, em especial, as filhas mais velhas ajudavam a tirar o leite da vaca.

empresário da hotelaria (Ribeiro; Vargas, 2021), comportamento que não impedia a interligação com as diferentes formas de trabalho exercidas no Pantanal.

Outrora vivendo em um Pantanal sem escola, as próprias esposas dos patrões alfabetizavam as crianças, em uma tentativa de sanar essa falta. Demais ofícios eram adquiridos por experiência, além de ter na costura a obrigação da aprendizagem por necessidade e, para as que não se sentiam hábeis ou apreciavam o cozer poderia ser tido como uma punição ou castigo à alguma artimanha própria da adolescência.

Essas mulheres aprenderam com suas mães a trabalhar, pois, se cozinhavam, as filhas eram ajudantes e iam aprendendo, se eram lavadeiras, a recolher as roupas, a passar com ferro de brasa. Se eram filhas do proprietário, a mãe cozinhava e elas limpavam a casa e cuidavam dos irmãos menores. Elas aprenderam trabalhos domésticos com a mãe, ou então, depois de casada, porque já não tinham mãe para fazer por elas (Belkisse, 1997, p. 89).

Os relatos de Gomes, 1997, identifica a participação das meninas nos trabalhos domésticos e além da esfera da casa desde uns cinco ou seis anos. A realidade da década de 20 a 40 do século passado se configura de formas diferentes dentro do cotidiano das mulheres na atualidade, mas, a despeito da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1988, esse fato ainda persiste em alguns lugares do Brasil.

Atualmente, o cotidiano das mulheres no Pantanal, em especial, no Passo da Lontra, está atrelado ao que Ribeiro (2014) chama de interferências da globalização no modo de vida das gentes pantaneiras, “[...] uso de novas tecnologias, especialmente, na comunicação e no transporte, contribuiu com a entrada do Pantanal no mercado internacional e está interferindo diretamente na vida pantaneira” (Ribeiro, 2014, p. 110). É possível identificar novos sujeitos dentro do Pantanal que interferem diretamente na vida pantaneira, esses novos atores surgem em busca de oportunidades de emprego, de investimentos e de lazer. Sendo assim, tais mudanças desencadeiam conflitos e desafios no dia a dia das mulheres a partir de novas técnicas nas formas de produção impostas e a construção de novas relações com a natureza e a coletividade. Porém, mesmo falando em mudanças neste cenário e nos sujeitos, as mulheres ainda falam do viver atrelado ao trabalho. Ao ser questionada sobre a sua rotina, uma interlocutora responde: “trabalho, mesma parei agora, acordo cinco horas da manhã, faço café porque se chegar alguém tem que servir e já vou fazer o almoço (2025).

Maria Bethânia é proprietária de um comércio no Passo da Lontra, a Marmitaria Casa Verde, localizada em uma das entradas do Lontra (Figura: 30), antes de se mudar para o local trabalhou como empregada doméstica em Campo Grande, para que seus filhos pudessem

estudar, atualmente vive no Passo da Lontra, onde estrutura seu cotidiano profissional e doméstico, sendo proprietária deste local que serve café da manhã, almoço e em outro momento estava com venda de pastéis, mas suas vendas tendem a mudar conforme fluxo de turistas.

Figura 30 – uma das visões da entrada do Passo da Lontra



Fonte: Bogarim, B. (2025).

As práticas do cotidiano que as moradoras desenvolvem são atrelados aos trabalhos produtivos, aqueles que geram valor econômico e realizados através da produção de bens ou serviços que são comercializados. Geralmente, estes trabalhos são verbalizados pelas mulheres que trabalham diretamente com o turismo na região, que estão realizando afazeres remunerados nos hotéis ao redor do Passo da Lontra, como é o caso de Maria Bethânia que acorda às cinco da manhã para preparar o café da manhã porque os caminhoneiros que passam pela Estrada-Parque Pantanal param em seu estabelecimento para uma pausa na viagem seguido do café. A interlocutora Sossô também relata que quando exercia trabalho como cozinheira para os hotéis, tinha que ser a primeira a levantar e a última a ir embora, pela demanda de turistas e afazeres que os empregadores exigiam.

Em contrapartida, o trabalho reprodutivo, aquele que envolve atividades relacionadas à manutenção da vida e do bem-estar das pessoas, como cuidar da casa, crianças, afazeres domésticos, entre outros, é colocado em segundo plano (Neves, 2016). As mulheres que não realizam trabalhos produtivos, estão em casa exercendo trabalho reprodutivo, cuidando dos

filhos, dos pais, da casa, mas por vezes, quando o ciclo do cuidado direto se encerra elas procuram emprego na rede de hoteleira da região, normalmente como reprodução do trabalho doméstico, ou seja, como cozinheira, camareira e serviço geral.

É possível ver muita vida efervescendo nas ruelas do Passo da Lontra ao observar brinquedos espalhados pela vila, cadeiras nas frentes da residência, cuias de tereré e garrafas de água em cima da mesa, conforme a figura a seguir:

Figura 31 – dinâmica cotidiana



Fonte: Bogarim, B. (2025).

O cotidiano, para além das atividades desempenhadas pelas mulheres, configura-se quando elas cuidam de si mesmas, dedicando-se algo para si e não apenas para os outros. Segundo Sossô, existem poucas opções de cuidar de si ali no Lontra, como exemplo enfatiza não terem salão de beleza, mas que sua vizinha tem experiência como cabeleireira e realizar alguns desses afazeres ali, pintando o cabelo, sendo pedicure e manicure.

Também é possível identificar venda de itens de perfumaria como Avon, Natura e O Boticário na vila. Algumas mulheres andam maquiadas e outras nem tanto, enquanto eu as convidava para retratá-las, várias pediram para retornar em outro momento, pois desejavam se arrumar para a fotografia, seja com maquiagem ou trocas de roupas. Atendi ao pedido e retornei posteriormente.

Fica evidente que, embora o cotidiano das mulheres na ribeira do Rio Miranda tenha passado por mudanças significativas ao longo do tempo, a relação entre trabalho e cuidado de si permanece como uma constante na vida dessas mulheres, elas continuam a desempenhar múltiplas funções, conciliando as tarefas domésticas, o trabalho reprodutivo e as influências da globalização e das novas tecnologias. O permanecer dessas mulheres revela uma complexa teia de esforços para equilibrar o trabalho com o cuidado de si, evidenciando a importância de reconhecer suas histórias e desafios na construção da cultura e do modo de vida do Pantanal.

4.4 Movimentos para permanecer

O permanecer das mulheres no Passo da Lontra, reverbera em um sentimento de dever. Entendendo este como um fluxo permanente, que dissolve, cria e transforma a realidade. Elas estão em constante fluxos para sobreviver e manter-se mulher. Arelado ao movimentar-se, pois as condições que as reconstroem diariamente requerem agilidade com a fauna e flora pantaneira.

Para Marilyn Strathern (2014), o pertencimento pode ser visto como prática e afeto, indo além de uma questão de origem ou identidade fixa, encontra-se enquanto uma prática situada, cotidiana e relacional, como lembra Strathern, as pessoas não pertencem aos lugares do mesmo modo como as coisas pertencem às pessoas, porque pertencer é um processo, faz-se no ato de cuidar, de resistir, de sonhar, mesmo quando esse lugar está em desencanto.

No Passo da Lontra, o permanecer pode ser visto através de gestos corriqueiros, como nas feitura de artesanato, nas conversas de final de tarde, das ações coletivas, do lazer, dentre outras práticas. Na Figura 32, Marizete está produzindo um tapete de crochê²⁰.

²⁰ O crochê é uma técnica de artesanato que utiliza uma agulha especial (agulha de crochê) e fio para criar tecidos. Através dessa técnica pode ser feito decorações para casa, roupas e acessórios de moda.

Figura 32 – Marizete fazendo crochê



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Quando conheci Marizete ela me mostrou sua casa e todos os cômodos, além de seu armário cheio de tapetes de crochê, potinhos e diferentes artesanatos que fez durante a vida, ela relata que o aprendizado da arte em crochê não foi uma escolha “minha mãe me obrigou a fazer crochê, eu odiava e hoje eu amo, e aí eu guardo”. O artesanato é a produção de objetos para a sobrevivência e/ou ornamento, esta feitura é inserida na cultura material e pode ser entendida como um processo capaz de desvelar muito sobre quem o faz e o local onde vive (Barbosa; D’Ávila, 2014).

Os objetos têm uma função importante na definição dos lugares ocupados socialmente. O significado e a função social dos objetos se apresentam na vida cotidiana como forma de comparação, diferenciação e superação entre os grupos, para expressar individualidade ou afinidade, desempenhando um papel importante na manutenção e no fortalecimento do poder e dos privilégios do grupo dominante da sociedade (Barbosa; D’Ávila, 2014, p. 143).

A confecção de peças artesanais é identificada como um processo, pois é possível localizá-las historicamente e inseri-las nas relações sociais através de simbolismos e significados. Para além do artesanato, temos o caso de Maria Flor que mora do outro lado do Rio Miranda, a conheço pelo viveiro de orquídeas que ela floresceu no Passo da Lontra. Além de

cuidar de suas plantas e flores, faz cachepot²¹ para colocar nelas, conforme mostra a Figura 33.

Figura 33 – Maria Flor e suas flores



Fonte: Bogarim, B. (2025).

Maria Flor nasceu no Pantanal, na sub-região do Abobral e do Miranda e passou anos trabalhando como cozinheira na Base de Pesquisa da UFMS – BEP, tanto que sente no corpo dores, proveniente de uma tendinite²², que a impossibilita de continuar trabalhando. Esporadicamente realiza algumas diárias nos hotéis das redondezas, e complementa dizendo que viver na beira do rio é assim: faz uma diária, cuida de casa e faz um artesanato também e assim vai vivendo.

O artesanato, enquanto elemento da cultura material, dentro da multiplicidade dos fenômenos sociais pode servir como geração de renda, mas no Passo da Lontra, dentre tantas tentativas para atingir esse objetivo, acabou não vingando pelas dificuldades de acesso e empenho da população, segundo as mulheres. Na localidade a produção artesanal, ocupa o local de desenvolvimento psicológico e cognitivo, as mulheres o identificam com importância para não cair na depressão, e assim passar o tempo, não cumpre, necessariamente, a função de mercadoria, mas nada impede a comercialização

Não ter o artesanato como desenvolvimento econômico é visto pelas mulheres como

²¹ O cachepot (ou cachepô) é um recipiente decorativo que tem a função de esconder o vaso principal da planta, servindo como um "esconde-vaso" para disfarçar um vaso comum de forma mais elegante e moderna.

²² Tendinite é uma inflamação de um tendão, estrutura fibrosa que liga os músculos aos ossos. Podendo causar dor, inchaço e dificuldade de movimento na região afetada.

uma falta ali na vila, mas se veem desmotivadas para fortalecer este cenário. Em conversa com Sossô, liderança em que já fez tentativas de agregar o artesanato na região e cursos para a população, ela se diz cansada, pelo trabalho ser a única opção e às vezes não sobra ânimo para realizar outras coisas como lazer e artesanato:

Às vezes me sinto cansada, é que todo dia aqui é a mesma coisa você levanta e trabalha. Para nós, aqui não tem domingo, todo dia é dia de semana. Às vezes a gente até esquece que tem sábado e domingo, eu lembro porque assisto televisão, mas quem não tem, se perde (Sossô, 05 de fevereiro de 2025).

Essa fala revela o esforço contínuo de manter o trabalho e o cuidado de si, mesmo diante das dificuldades, e evidencia a sensação de rotina incessante que permeia a vida no Lontra, dificultando o fortalecimento de iniciativas que possam promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar das mulheres. Sendo assim, o pertencimento se dá não porque o lugar é ideal, mas porque se torna espaço de sentido mesmo no desencanto que recai diariamente na necessidade de elas trabalharem.

O movimento de pertencer, no Passo da Lontra, não se encerra na territorialidade física, mas se abre como gesto de continuidade, mesmo em paisagens fragmentadas. É nesse entrelaçar de vida, memórias e continuidades que as mulheres permanecem. Entre o desencanto e a mitigação, o pertencimento se revela como uma força tênue, mas insistente, que brota entre as frestas na beira do Rio Miranda entre o turismo, a pecuária, os afazeres das mulheres e seus deslocamentos.

NOTAS FINAIS DE UM PERMANECER EM CONTINUIDADE

Chega-se assim, às notas finais da pesquisa, em que se propôs a olhar as mulheres que moram no Passo da Lontra, por meio das trajetórias que as levaram até lá e os motivos e movimentos que as fazem permanecer. Estas considerações finais vêm para encerrar a pesquisa e identificar possibilidades de trajetórias e permanências que vão continuar, independente e para além do que se diz aqui.

Diante do exposto, as indagações e objetivos desta pesquisa se interligam no sentido da trajetória dessas mulheres que têm suas vidas perpassadas pelo turismo e o trabalho doméstico. De um ponto de vista político e social, documentar e localizar as mulheres do Lontra para os leitores é de tamanha importância, quase um ato de cuidado e de reparação, é afirmar que essas vidas não são apenas “personagens pitorescos” do Pantanal, mas protagonistas que sustentam economias domésticas, tradições, modos de vida e resistem a pressões externas, sejam ambientais, econômicas ou culturais. No plano narrativo, esse trabalho também é sobre resgatar histórias que podem se perder e oferece elementos para pensar a permanência num mundo em que deslocamentos forçados e perdas de território são cada vez mais comuns.

Enfatizo a prática do fazer etnográfico em que moldou a pesquisa e transformou a escrita em um processo não solitário, e sim de trabalho artesanal e incompleto, aberto a questionamentos, acalantos e presenças, seja das mulheres do Passo da Lontra e/ou outras mulheres do cotidiano que moldam ainda este olhar, de uma jovem-mãe escrevendo sobre o viver de mulheres ao longo de suas vidas no Pantanal Sul-mato-grossense. O amadurecimento teórico e de campo, realizado no Passo da Lontra traz a ideia de fascínios e desafios no fazer antropológico orientando a pesquisa, por uma relação de tempo e alteridade sendo centrais para compreender os vínculos que se constroem entre pesquisadora e pesquisadas, bem como os impactos da presença corporal e material no campo.

Assim, dialoga-se com Alba Zaluar (1986), destacando que o fazer etnográfico envolve teoria e prática, com o pesquisador enfrentando escolhas entre posição de estrangeiro, catalisador ou participante, sempre levando em conta seu lugar no campo e o efeito de sua presença nas relações estabelecidas. Sendo assim, falar sobre o Passo da Lontra é primeiramente localizar a região do Pantanal Sul-mato-grossense, essa vila entre a sub-região do Abobral e do Miranda, banhada pelo rio Miranda. Em que seu ordenamento econômico está atrelado principalmente à pecuária e ao turismo, transformando o cenário do local e criando possibilidades de geração de renda e algumas invisibilidades dos moradores, em que constroem diariamente sua vida ali, mas não são vistos, neste caso, ainda afunila mais ao tratarmos em

especial a partir do olhar e falas das mulheres do Passo da Lontra.

Localizar o Passo da Lontra dentro do Pantanal situado no estado do Mato Grosso do Sul se faz pertinente, pelas particularidades do local. As mulheres no Lontra, estão neste cenário atrelado a pecuária e ao turismo, ligado diretamente ao trabalho em que elas realizam. Por vezes, estes trabalhos aparecem como nos serviços realizados em suas casas, nas fazendas e nas redes de hotelarias. Elas estão ali cuidando, cozinhando, lavando e realinhando este cenário para continuar cooperando dentro das normas necessárias do sistema econômico.

A trajetória de Servarina Pedroza Louveira, a sorridente Sossô, ilustra a complexa tessitura de vida e trabalho na Vila do Passo da Lontra, desde sua chegada nos anos 2000, passando pelo manejo de identidades, até as tentativas de manter autonomia econômica diante da lúpus e das condições precárias de acesso à previdência. O sonho coletivo de uma associação local, as Marias Bonitas do Lontra, mostra o potencial de fortalecimento comunitário, ainda que dependente de documentação e de mecanismos de crédito e regularização ausentes na região. A experiência de Sossô, incluindo o luto pela perda do marido Toninho e a busca por suporte psicológico, aponta para uma ética de resistência que transforma dor em luta por direitos, dignidade e reencontros. Ao mesmo tempo, a história suscita perguntas sobre políticas públicas, acesso à justiça e mecanismos de proteção social em áreas remotas, convidando a imaginar caminhos futuros de organização, cidadania e cuidado que ainda estão por vir.

Quando a pesquisadora encontra Marizete, a pesquisa toma outro rumo e novas descrições, como o sentimento dela de ser turista na região, mesmo morando no Passo da Lontra desde 2016. Esse quadro aponta para a ambiguidade de identidades locais, onde o critério de “nativo” pode depender de relações indígenas, de trajetórias de deslocamento ou de rejeição a determinados processos que a mantêm no território. Não há um significado final para essa diferenciação, ao contrário, ela se transforma em um campo fértil de perguntas para a antropologia, que se beneficia justamente da variação nas relações sociais realocadas, atravessadas pelo tempo, trabalho e convivência que emergem na vida cotidiana dessas pessoas.

As experiências de Sossô e Marizete se encontram primeiramente quando relatam os trabalhos que desempenharam ao longo de suas vidas e recaem no trabalho doméstico e do cuidado, com baixa remuneração, mas pela necessidade seguiam assim. Além disso, o pseudo proteção do casamento acarreta em consequências ruins de desamparo e violência doméstica, independente disso, muitas mulheres vivenciam a experiência de crescer e viver dentro de uma redoma que, sob o pretexto do cuidado exacerbado, acaba se transformando em controle. Essa falta de autonomia se manifesta tanto nas relações familiares quanto conjugais e de trabalho, atravessando gerações e diferentes espaços da vida cotidiana.

Desde a infância, quando suas escolhas são conduzidas pela mãe, até a vida adulta, em que o marido passa a decidir sobre o dinheiro e os rumos da casa, o ciclo de dependência se repete. No trabalho doméstico, como mostram os estudos de Jurema Brites (2000), essa dinâmica se perpetua, já que muitas mulheres se encontram submetidas a relações assimétricas que, mesmo quando mascaradas por gestos de afeto ou presentes, escancaram desigualdades sociais profundas. A redoma, então, não é apenas uma forma de proteção excessiva, mas um mecanismo de poder que limita, controla e aprisiona inúmeras mulheres em diferentes dimensões de sua vida.

As mulheres no Lontra enfrentam múltiplos desafios que vão desde os impactos das mudanças climáticas até a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, marcada pela invisibilidade e pela desvalorização de suas contribuições. O desgaste físico e emocional resultante desse contexto as impede muitas vezes de se reconhecerem como protagonistas de suas próprias trajetórias. O trabalho doméstico, historicamente visto como inferior e não remunerado, é essencial para a reprodução da vida e para o próprio funcionamento do capitalismo, como aponta Silvia Federici (2019). No Pantanal, essa lógica se amplia com o turismo, em que o cuidado e a hospitalidade, tradicionalmente atribuídos às mulheres, passam a ser exigências do mercado, reforçando relações de exploração e dependência.

E as experiências delas se encontram novamente nas falas que trazem à tona relatos das faltas que existem no Passo da Lontra. A necessidade de consumir água potável revela um cotidiano marcado por deslocamentos e dificuldades, já que a água do rio Miranda, apesar de doce, exige tratamento devido à degradação ambiental e à presença de poluentes, obrigando os moradores a dependerem de caminhões vindos de Corumbá. Essa realidade evidencia também processo de desencantamento, além de todas as tentativas em buscar por qualidade de educação para a vila, acesso à saúde e poucos incentivos para a realização de estruturas culturais como a tentativa frustrada de conseguir uma associação para o local, onde geraria dinâmicas sociais, de renda e reconhecimento local. Entende-se assim, como a ruptura de vínculos afetivos com o lugar e com os modos de vida, quando as tentativas de sanar carências, como a criação de uma Associação de Artesãs, não se concretizam, e a poesia da vida se desfaz diante do peso das limitações diárias.

O deslocamento das mulheres do Passo da Lontra até cidades próximas ou até a capital de Mato Grosso do Sul, muitas vezes motivado por questões de saúde, compras ou acesso a água potável, marca profundamente seu modo de permanecer na região. Esses trajetos, que extrapolam a lógica do turismo e se vinculam à sobrevivência, reforçam o sentimento de desencanto, pois se materializam no corpo, no tempo e nas escolhas limitadas, constantemente

negligenciadas por políticas públicas que não as reconhecem como prioridade.

Dessa forma, identificar a trajetória das mulheres no Lontra a partir da individualidade e de alguns detalhes vivenciados, reverbera um fazer antropológico que encontra a ascensão da vida cotidiana, onde importa o social, mas também a forma individual do ser (Jackson, 2005). Por meio da descrição de detalhes, do uso da relação social essa análise possibilita compreender o outro através da relação do eu como indivíduo, mesmo que seja um contexto de dor, o exercício de pensar sobre si por meio da intersubjetividade abrange relações harmônicas e desarmônicas pacíficas e violentas.

A pesquisa assim avançou pela fronteira entre mundos, reconhecendo saberes locais, desigualdades e possibilidades de encontro e desencontro, mantendo a etnografia como prática situada e politicamente responsável. Este estudo não encerra pensando o Passo da Lontra como território estável, mas o coloca como ponto de partida para perguntas e narrativas ainda por explorar. Por fim, entende-se que estes escritos vão além de um estudo sobre o Pantanal e se torna documento de clamor, para que os desencantos sejam sanados, acredita-se que dar luz a Sossô e Marizete seja transformador para a defesa da dignidade e do direito de existir dessas mulheres no Passo da Lontra.

REFERÊNCIAS

- AGESUL. No Passo do Lontra, nova passarela para pedestres sobre o Rio Miranda está 80% pronta. 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.agesul.ms.gov.br/no-passo-do-lontra-nova-passerela-para-pedestres-sobre-o-rio-miranda-esta-quase-pronta/>. Acesso em: 12 set. 2025. [Agesul](#)
- ARISTIDES, Alíria. A beleza da Estrada Parque Pantanal. *Ecoa*, 2022. Disponível em: <https://ecoa.org.br/estrada-parque-pantanal-3/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- ATTANÉ, A.; LANGEWIESCHE, K. Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2005.
- BANDUCCI JR., Álvaro. *A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.
- BANDUCCI JR., Álvaro. “Nativos” em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BARBOSA, L. Pantanal deve enfrentar nova seca extrema após chuvas abaixo da média e aumento do fogo. *Agência Pública*, 29 maio 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/pantanal-deve-enfrentar-nova-seca-extrema-apos-chuvas-abaixo-da-media-e-aumento-do-fogo/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BARBOSA, V. L.; D’ÁVILA, M. I. Mulheres e artesanato: um “ofício feminino” no povoado do Bichinho/Prados-MG. *Revista Ártemis*, v. 17, n. 1, p. 141-152, jan./jun. 2014.
- BARRETO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, 2003.
- BARROS, A. L. de. *Gente pantaneira: crônicas da sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.
- BEZERRA, E. M. A. *Águas em movimento: um olhar sobre as práticas sociais do pantaneiro no seu ambiente, o Pantanal*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- BOGARIM, B. S.; ORTEGA, A. A. “Na pousada eu faço, praticamente, a mesma coisa de casa”. *Revista Geonordeste*, v. 35, p. 186-200, 2024.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. p. 83-132.
- BRITES, J. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 422-451, maio/ago. 2013.
- CÉSAR, R. Sebrae/MS dá apoio para comunidade formar associação e fortalecer negócios. *Agência Sebrae*, 2022. Disponível em: <https://ms.agenciasebrae.com.br/cultura-empREENDEDORA/sebrae-ms-da-apoio-para-comunidade-do-passo-do-lontra-estruturar-associação-para-fortalecer-negocios-locais/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- CORIOLOANO, L. N.; FERNANDES, L. M. Migração temporária e mobilidade sazonal no turismo. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-

GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012.

EL DIARIO ECONOMÍA. Potencialidades productivas de Bolivia. 2015. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2015/2015_09/nt150901/economia.php?n=13&-potencialidades-productivas-de-bolivia. Acesso em: 23 jan. 2024.

ELDENS, D. G.; FUSARO, L. G. F.; CARVALHO, L. O. Antropologia, cultura e indivíduo: reflexões sobre identidade. *Unisul*, Tubarão, v. 12, n. 21, p. 282-292, jan./jun. 2018.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, G.; MUNHÓS, L. V. A. *Os entraves para comprovação de qualidade de segurado especial: um olhar sobre a população ribeirinha sul-mato-grossense na concessão de benefícios previdenciários*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

FINOCCHIO, A. F. F. *O processo de constituição da identidade: as apreensões e mediações sociais e o ato educativo: um estudo do homem do Paiaguás no Pantanal mato-grossense*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1998.

GOMES, B. C. *Retrato de mulheres pantaneiras na década de 20 a 40: molduras em educação e gênero*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Rev. Bras. Pesq. Tur.*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-22, set./dez. 2018.

GRUNEWALD, R. A. Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 141-160, out. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Território*. 2020. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

JACKSON, M. Preface: the struggle of being. In: JACKSON, M. *Existential anthropology: events, exigencies and effects*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2005. p. ix-xxxii.

JESUS, M. A.; CRUZ, M. S. O Pantanal de Abílio Leite de Barros: as faces de gente pantaneira: crônicas da sua história (1998). *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 2, 2024.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LUCCA, P. R. *Cerca adentro, cerca afora: gênero, memória e herança entre fazendeiras de Mato Grosso do Sul*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

MACHADO, R. X.; BRATICEVIC, S. I. O turismo na Estrada Parque Pantanal, Corumbá, Brasil. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, MS, n. esp., p. 461-474, 2017.

MATHIAS, D. Pertencimento: discussão teórica. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 166-187, jan./abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação*. Brasília, DF: MMA, 2007.

MORAES, T. M.; BASSINELLO, P. Z. O lugar da mulher na cultura pantaneira: discurso colonial e (r)existência. In: BASSINELLO, P. Z.; SILVA, D. (org.). *Saberes e sabores do*

Pantanal Sul: teia de escuta das comunidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MORENO, R. F. C. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MORETTI, E. C. Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal. In: BANDUCCI JUNIOR, A.; MORETTI, E. C. (org.). *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 41-73.

MORETTI, E. C.; GONÇALVES, K. B. Pantanal transfronteiriço (Bolívia-Brasil-Paraguai) e as áreas protegidas: desafios da gestão diferenciada na zona de fronteira. *Confins*, [s. l.], n. 47, 2020.

NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

NEVES, Márcia. *Trabalho invisível, profissão “do lar”: a queda do matriarcado e a desvalorização do trabalho feminino*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.

NOGUEIRA, A. X. Pantanal: entre o apego e as antigas tradições e o apelo às mudanças. *Albuquerque: revista de História*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 145-164, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Jorge de Eremites. Da pré-história à história indígena: (Re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 71-86, 2003.

OLIVEIRA, M. S. *Estrada-parque Pantanal e o conhecimento tradicional das comunidades locais na potencialização do desenvolvimento territorial*. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2017.

OLIVEIRA, M. S.; LE BOURLEGAT, C. A. Estrada-parque Pantanal e comunidades locais na potencialização do turismo e do desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 2019.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PIEROBON, C.; FERNANDES, C. Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade. *Estudos Avançados*, v. 37, n. 107, 2023.

RIBEIRO, M. A. *Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal*. Campo Grande: EDUFMS, 2015.

RIBEIRO, M. A. *Entre ciclos de cheia e vazante a gente do Pantanal produz e revela geografias*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014.

RIBEIRO, M. A. Trabalho e turismo no Pantanal/MS: olhares para a comunidade do Passo da Lontra. *Entre-Lugar*, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 150-168, 2018.

RIBEIRO, M. A.; VARGAS, I. A. Um Pantanal de Marias e Marruás. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, MS, n. 31, p. 29-45, jul./dez. 2021.

RIBEIRO, M. A.; VARGAS, Icléia A.; ARAÚJO, Ana Paula C. Estrada-parque Pantanal, MS, Brasil: paisagens ressignificadas, modos de vida alterados. *Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL, Costa Rica, II sem. 2011, p. 1-11.

RIBEIRO, M. A.; VARGAS, I. A.; ARAUJO, A. P. C. Estrada-parque Pantanal, MS, Brasil: paisagens ressignificadas, modos de vida alterados. *Revista Geográfica de América Central*

(online), v. 2, p. 1-11, 2011.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. Globalização e tecnologia: olhares do Pantanal para o mundo. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 92-107, 2014.

RIBEIRO, M. A. Os problemas sociais urbanos e os impactos nas gentes pantaneiras: o caso das bebidas alcoólicas. *Revista GeoPantanal*, v. 8, p. 107-116, 2014.

RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.

SALES, S. *Ecoturismo e identidade no Pantanal Sul: usos da categoria “pantaneiro” em perspectiva*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

SANTOS, A. V. Etnografia é observação participante? Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. *Ponto Urbe*, n. 28, 2021.

SERVICIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (SERNAP). *Áreas protegidas de Bolivia*. 2016. Disponível em: <http://sernap.gob.bo/wp-content/uploads/2018/07/Areas-protegidas-de-Bolivia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SINIMBU, F. Fogo já consumiu 1,3 milhão de hectares e volta a aumentar no Pantanal. *Agência Brasil*, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/fogo-ja-consumiu-13-milhao-de-hectares-e-volta-aumentar-no-pantanal>. Acesso em: 30 set. 2024.

SOARES, L. A. S. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 4, n. 1, p. 89-98, set. 2005.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Coord. editorial: Florencia Ferrari. Trad.: Iracema Dullei; Jámille Pinheiro; Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

THOMÉ, P. *A mulher e o Pantanal: uma relação de trabalho e de identidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

TRONTO, J. *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009.

VERANI, A. P. R. *Tornando-se mães e antropólogas: uma etnografia sobre experiências que desafiam ideais de maternidade e ciência*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WWF-BRASIL. Secas frequentes ameaçam a capacidade de recuperação do Pantanal. 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?79828%2FSecas-frequentes-ameacam-a-capacidade-de-recuperacao-do-Pantanal>. Acesso em: 11 set. 2025.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: DURHAM, Eunice (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.